

Mais recentemente e de forma similar, Jukka Jokilehto ao retomar algumas reflexões de Michel Petzet, compartilhadas durante a Conferência de Nara³⁶¹, afirma que a autenticidade não é um valor propriamente dito, mas deve ser entendida em relação a outros valores. Nesse sentido, expõe que o estado autêntico só pode ser estabelecido pelo estado sempre atual do objeto. Ou seja, a única autenticidade possível de ser compreendida ou verificada seria aquela dada pelo objeto como efetivamente ele se apresenta a nós, no presente, na medida em que ela se altera com o tempo e em função do ambiente sociocultural. Todavia, é importante enfatizar que a autenticidade não depende da capacidade do objeto de se manter imutável, sempre igual, idêntico, mas a mudança deve ser coerente com determinados princípios e com determinado contexto histórico-cultural.

A autenticidade é uma das bases da conservação e da restauração de monumentos históricos, ou seja, dos artefatos que, segundo a *Carta de Veneza* (1964), tenham adquirido significação cultural no decorrer do tempo. É, além do mais, condição indispensável para que um monumento seja reconhecido e incluído à Lista do Patrimônio Cultural Mundial. Apesar da ampliação interpretativa do conceito, a autenticidade na preservação do patrimônio cultural sempre levará em conta o bem material (mesmo que a autenticidade não se dê apenas em função da matéria), posto que, ainda que se considere aspectos tangíveis e intangíveis e, ainda que os valores sejam atribuídos por um dado grupo sociocultural, esses valores somente podem ser estabelecidos na presença do objeto.

Devido à sua condição de suporte material da memória coletiva, o que possibilita perpetuar o legado de uma dada sociedade, o monumento histórico conservado é, sem dúvida, meio de solidificação de uma dada cultura. O que prova que o homem é um ser cultural é seu legado, do qual o patrimônio construído faz parte. Dito de outro modo, o patrimônio pode ser considerado a materialização das relações sociais e culturais que interagem no espaço da cidade, funcionando como elemento de identidade.

2.2 | A CONSTRUÇÃO DA CIDADE DE GOIÁS COMO PATRIMÔNIO CULTURAL MUNDIAL

Em 2000, a Revista ICOMOS-Brasil, numa publicação dedicada aos monumentos brasileiros declarados Patrimônio Mundial, traz um artigo de Nars Fayad Nagib Chaul intitulado *Goiás, a cidade umbilical*. Logo nos primeiros parágrafos, este autor explicita sua postura crítica em relação às ideias de isolamento, estagnação e decadência atribuídas à cidade de Goiás na década de 1930 pela maior parte da historiografia e mantidas até, aproximadamente, início da década de 1990, ainda que com propósitos diferentes, como já apontado no capítulo I. Segundo este autor,

a História da cidade de Goiás se confunde com a visão que os viajantes europeus criaram para a região como um todo [...]. É importante ressaltar que a quase totalidade dos viajantes europeus que passaram por Goiás estiveram antes em Minas, o que lhes reforçou a imagem de uma terra onde a decadência imperava, sem nenhum esforço para entender que a herança

³⁶¹ JOKILEHTO, L. Session Report. In *Nara Conference... op. cit.*; p. 70.

mineratória havia sido diferente por demais nas duas províncias³⁶²

À época dessa publicação, a cidade de Goiás não tinha sido, ainda, contemplada oficialmente com o título de Patrimônio Mundial, mas as campanhas eram promissoras. Sua história, imagens, características construtivas, festas, costumes, entre outras qualidades e condições estavam na ordem do dia. Vários investimentos vinham sendo feitos na cidade, inclusive com a realização de atividades voltadas às artes, entretenimento, gastronomia, literatura e assim por diante. Também estavam em pauta, sobretudo nos meios especializados³⁶³, os valores reunidos para justificar o reconhecimento internacional e os argumentos adotados para tratar da autenticidade, o que levou a “ressuscitar” em finais da década de 1990 - como será aprofundado logo mais - os atributos criticados pelo historiador e autor do artigo acima mencionado.

As propriedades de atraso, isolamento e decadência, como visto no capítulo I, conformam parte dos argumentos dos grupos que apoiam a mudança da capital do Estado para Goiânia no decorrer da década de 1930. Mas, pouco tempo depois - e dada a consolidação da nova capital - esses mesmos atributos são mencionados para fortalecer boa parte das características e qualidades da cidade antiga, posto que a partir dessas condições a preservação de sua tradição e a guarda da memória do povo goiano estariam garantidos.

Em paralelo, para os arquitetos do SPHAN, nesse mesmo período, as características simplórias da cidade, somadas a algumas modificações na sua arquitetura, impedem um reconhecimento mais efetivo da cidade como patrimônio histórico e artístico nacional, posto que a singeleza do casario dificulta ver a cidade como monumento histórico e arquitetônico, sobretudo quando comparada a exemplares coloniais considerados mais importantes, como Ouro Preto e Diamantina, por exemplo, em Minas Gerais. Somente após uma revisão da noção de Patrimônio Cultural, atrelada às novas condições econômicas, sobretudo ao turismo, é que o IPHAN, a partir da década de 1960, amplia sua prática e então o centro histórico da cidade de Goiás é reconhecido, em 1978, como importante testemunho da cultura nacional.

Meio século depois de impetrados os atributos de isolamento, atraso e até mesmo decadência, e a despeito de diversas críticas, eles voltam a se tornar recorrentes nos discursos sobre a cidade de Goiás. A ideia do isolamento por exemplo, que ao fim e ao cabo, serviu para sedimentar as “tradições” goianas, serve agora a uma nova causa, pois favorece a construção de uma narrativa em nível internacional que contribui para explicar e evidenciar a “autenticidade” e o “valor universal excepcional” desta cidade.

Neste sentido, entendemos que é importante analisar o *Dossiê de Proposição da cidade de Goiás* ao título de Patrimônio Mundial, uma vez que neste documento se consolidou uma narrativa histórica “autêntica” para a cidade, selecionada para ser

³⁶² CHAUL, Nars Fayad Nagib. “Goiás, a cidade umbilical”. In: Revista Monumentos Brasileiros no Patrimônio Mundial. ICOMOS-Brasil; IPAC (Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia); Movimento Pró-cidade de Goiás; AGEPEL (Agência Goiana de Cultural Pedro Ludovico Teixeira); Governo do Estado de Goiás, 2000, p. 294.

³⁶³ IPHAN e Movimento Pró-cidade de Goiás, entre outros grupos envolvidos com a campanha da cidade ao título da UNESCO.

contada e lembrada internacionalmente. Neste documento, os atributos acima citados são utilizados com certa frequência, pois, como bem aponta Izabela Tamaso, por meio deste documento é possível vislumbrar um “passado que, no presente da construção retórica do Dossiê, é útil para acionar eficientemente a categoria de patrimônio mundial”³⁶⁴.

Já foi assinalado neste capítulo, conforme o *Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention* de 2010³⁶⁵, que os *Dossiês de Proposição de Inscrição* de um bem cultural ou natural, organizados pelos Estados interessados, devem apontar as justificativas e os critérios que permitam julgar e reconhecer o bem proposto como Patrimônio Mundial. Esses *Dossiês* devem conter “obrigatoriamente”³⁶⁶: denominação do bem a ser incluído na *Lista Indicativa*; sua caracterização, segundo as categorias de valoração vigentes; sua identificação clara e inequívoca, incluindo sua localização geográfica; delimitação dentro do perímetro urbano e, quando for o caso, distinguindo a sua zona de entorno; a descrição do bem, mediante sucinta caracterização; informação histórica e justificativa do valor universal excepcional do bem, contendo a sugestão dos critérios a serem atribuídos já na candidatura, conforme estabelece a WHC. A indicação acima apontada (delimitação de valores e critérios) deve estar acompanhada de justificativa, ressaltando em que medida os valores de autenticidade e de integridade estão presentes no referido bem.

Os *Dossiês* devem incluir ainda comparações entre o bem proposto e outros bens semelhantes, já inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial*. De forma geral, recomenda-se que esteja justificada a importância do bem, ressaltando em que medida seu reconhecimento contribui para a diversificação da *Lista do Patrimônio Mundial*, conforme a “Estratégia Global” da UNESCO³⁶⁷. É necessário ainda que o bem possa ser apresentado e visualizado mediante a apresentação de material gráfico e fotográfico adequado. Nota-se que o bem proposto já deve ser reconhecido como patrimônio cultural dentro de seu próprio país, por meio de tombamento ou inventário nacional.

Desse modo, com a finalidade de contextualizar as justificativas e narrativas construídas sobre a cidade de Goiás como patrimônio mundial e discutir os critérios da UNESCO, sobretudo aprofundando o debate acerca da autenticidade, examinamos o *Dossiê de Proposição da Cidade de Goiás ao Título de Patrimônio Mundial*. Nesse contexto, priorizamos uma leitura rigorosa do *Formulário de Proposição de Inscrição* (documento que é parte do *Dossiê*) e da *Declaração de Valor* do ICOMOS³⁶⁸, que corresponde a um *Parecer* desse Conselho. No *Formulário* são inseridas informações como descrição do bem cultural e resumo de sua história, assim como as justificativas para o reconhecimento internacional, por

³⁶⁴ TAMASO, I. *Em nome do Patrimônio... op. cit.*, p. 167.

³⁶⁵ A UNESCO sugere consultar sempre as versões mais recentes das Diretrizes Operacionais, pois elas podem sofrer modificações periodicamente.

³⁶⁶ <http://whc.unesco.org/en/guidelines/>, consultado em janeiro de 2013.

³⁶⁷ Esta medida para a inscrição dos bens culturais é, por assim dizer, um tanto estranha e também contraditória, pois exige-se a comparação com outro bem semelhante e que já seja reconhecido na UNESCO e, por outro lado, solicita-se uma justificativa que aborde como o bem proposto contribui para a diversidade da lista; ou seja, deve ser “igual”, mas também resultar em “diversidade”. Para saber mais sobre a estratégia global da UNESCO, consultar: <http://whc.unesco.org/en/globalstrategy/>, acessado em setembro de 2012.

³⁶⁸ Em relação a este documento, não foi possível identificar quais Conselheiros do ICOMOS o elaboraram. Sabe-se apenas que a versão final foi emitida em Setembro de 2001.

meio dos seguintes itens: **a.** declaração de valor; **b.** análise comparativa; **c.** autenticidade e integridade e **d.** critérios segundo os quais a inscrição é proposta. Este *Formulário* também solicita alguns dados sobre a gestão do bem cultural e os fatores (culturais e naturais) que afetam sua conservação. Esta documentação é priorizada neste capítulo pois permite reconhecer as narrativas e os valores delimitados, bem como as justificativas adotadas em razão da candidatura da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Cultural Mundial.

Cabe mencionar que fotos e mapas do perímetro proposto para inscrição e outros documentos, tal como solicitado pela UNESCO nas *Diretrizes Operacionais* vigentes, foram inclusos no *Formulário* aqui analisado; e, além de material cartográfico e iconográfico, os seguintes documentos ou parte de documentos:

- Trechos de obras literárias ou de trabalhos científicos já consagrados, com foco na história da cidade de Goiás, priorizando-se aspectos urbanos, arquitetônicos e culturais;
- Partes do *Inventário dos Bens Imóveis* (IBI) e partes do *Inventário de Bens Móveis e Integrados* (IBMI), ambos documentos elaborados pelo IPHAN;
- Partes do *Inventário Nacional de Referências Culturais* (INRC), produzido também pelo IPHAN, em 1999, por ocasião da candidatura da cidade ao título da UNESCO. Salienta-se que em Goiás foram realizadas 90 entrevistas com a finalidade de compreender, segundo o IPHAN, a dinâmica social e cultural cotidiana da cidade; das 90 entrevistas, 12 foram incluídas ao *Dossiê de Goiás*;
- Cópia do Decreto Lei nº 25, de 1937, a fim de se “comprovar” legislação nacional vigente sobre preservação do patrimônio cultural.

Em síntese, no caso da proposição da cidade de Goiás ao título da UNESCO, se constata que a indicação de determinados valores, bem como as justificativas associadas à autenticidade e integridade, estão construídas, fundamentalmente, em torno de aspectos históricos e estéticos. Dessa forma, nota-se, embora a discussão patrimonial tenha se alargado e enriquecido bastante ao longo das últimas décadas, que o entendimento sobre os valores dessa cidade continua, em muitas situações, “enraizada” numa leitura que faz parte da gênese da discussão da própria noção de patrimônio no Brasil. A seguir, busca-se apontar essa percepção, ao analisar os documentos acima mencionados, iniciando-se pelo *Formulário* da UNESCO.

O primeiro item do *Formulário* trata da justificativa da inscrição e de alguns valores atribuídos à cidade. Logo no início, aponta-se o valor histórico da cidade, associado ao processo de interiorização do Brasil e a conquista do Centro-Oeste brasileiro. Menciona-se que Goiás “a conservé une structure urbaine et une architecture qui remontant au XVIIIème siècle et le paysage que l’entoure **est resté identique à celui qu’avaient découvert les bandeirantes**. Goiás est ainsi le **dernier témoin** de ce chapitre **fondamental de l’histoire** du Brésil”³⁶⁹.

³⁶⁹ Dossiê de Goiás, disponível em <http://whc.unesco.org/>, grifos e tradução nossa: “Goiás conservou uma estrutura urbana e uma arquitetura que remontam ao século XVIII, e a paisagem que a cerca permaneceu **idêntica** àquela encontrada pelos Bandeirantes. Goiás é assim **a última testemunha** desse capítulo fundamental da história da Brasil”.

Segundo este item do documento, a paisagem que cerca Goiás se manteve idêntica, como no período em que foi encontrada pelos bandeirantes. Contudo, não há uma relação clara do valor apresentado (história de interiorização do Brasil) com a ideia de “valor universal excepcional”. Também não é possível identificar a qual conceito de paisagem o documento se refere; se à paisagem natural ou a uma noção mais abrangente, relacionada ao contexto urbano.

Além do mais, chama atenção o vínculo estabelecido nesta justificativa à empreitada Bandeirante. O *Bandeirismo* é consagrado como fato heroico e responsável por “espalhar” o padrão construtivo de origem portuguesa, adaptada ao território nacional. Neste sentido, o documento aqui analisado também enfatiza que Goiás é a última testemunha do processo de interiorização colonial do Brasil, pressupondo a importância de sua preservação. Tal justificativa para a inscrição é reproduzida pelo ICOMOS no início do seu parecer, mencionando a importância histórica dessa colônia portuguesa no interior do país, porque avançava para além da linha imaginária que demarcava o Tratado de Tordesilhas. “The territory of Brazil was formed in the space between the Atlantic coast and the line drawn by the Treaty of Tordesillas and was progressively extended to the Plate and Paraguay rivers, culminating in the occupation of the interior”³⁷⁰.

A demarcação do território goiano, em região cuja posse ainda não estava claramente definida, expõe a política de ocupação portuguesa no Brasil, no decorrer do século XVIII. Essa trama histórica é tratada como fato histórico *excepcional* em Goiás, pois resultou em sua escolha como sede da Vila da Capitania. Ocorre que Meia Ponte (atual cidade de Pirenópolis - GO), disputava o título de Vila com o Arraial de Santana e parecia ser a escolha preferida de D. Luís de Mascarenhas, governador de São Paulo naquela época. Mas o Arraial de Santana foi escolhido para ser elevado à categoria de Vila em função de sua condição geopolítica, porque sua implantação ultrapassava a linha do *Tratado de Tordesilhas*, tal como desejava a corte portuguesa.

A pesquisadora Deusa Maria Boaventura, através de Cartas Régias, mapas cartográficos e outros documentos de origem portuguesa, mostra que a abertura de caminhos pelo território, partindo de São Paulo, cruzando o Triângulo Mineiro em direção à Goiás e seguindo rumo ao norte, constitui um esquema de vias interconectadas já por volta da década de 1730/40, o que dava suporte a ação colonizadora e reforçava a “importante e estratégica posição de Goiás como um território responsável pela comunicação entre o litoral e as regiões Oeste e Norte da colônia, consideradas, à época, lugares de soberania ainda não definida e de grande interesse da Corte Portuguesa”³⁷¹. Desse modo, quando no *Dossiê de Goiás* é enfatizada sua condição como importante local que demarca a expansão do território além *Tratado de Tordesilhas*, por trás, pode-se inferir, está a construção de todo um território colonial mais abrangente, como desejado por Portugal.

No mais, retomando a análise do *Formulário de Proposição*, entendemos que a palavra idêntica (adotada para explicar que a paisagem que cerca a cidade não se

³⁷⁰ Parecer do ICOMOS, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acessado em setembro de 2012. Tradução nossa: “O território brasileiro foi formado entre a costa atlântica e a linha traçada pelo Tratado de Tordesilhas; progressivamente foi alargada aos rios da Prata e Paraguai, culminando com a ocupação do interior”.

³⁷¹ BOAVENTURA, D. M. “Urbanização em Goiás... *op. cit.*, p. 113.

modificou ao longo do tempo) tem o papel de favorecer o significado de preservado, intacto, pouco alterado, carregando no tempo parte das características do século XVIII até os dias de hoje. Neste discurso, cuidadosamente elaborado, começa-se a atribuir certa condição de “autenticidade” à Goiás, partindo-se da noção de que as condições “originais” do território não se transformaram ou foram pouco alteradas.

O item “justificativa de inscrição - análise comparativa” é o campo do *Formulário* destinado à relacionar o bem proposto a outros já reconhecidos pela UNESCO e explicitar o caráter excepcional da cidade. Neste caso, relaciona-se a cidade de Goiás às cidades de Ouro Preto e Diamantina, uma vez que, todas elas, nasceram da exploração das minas e das expedições bandeirantes. Porém, segundo o *Dossiê*, embora a arquitetura de Goiás seja menos original que a de Ouro Preto e sua paisagem menos extraordinária que a de Diamantina, argumenta-se que ela “est restée plus proche de ses conditions d’origine, et, en ce sens, elle représente plus exactement ce qu’étaient les villes brésiliennes au XVIII e au XIXème siècles”³⁷². Por esse item fica claro que, de certo modo, o “caráter excepcional” se justifica pelo fato da cidade de Goiás representar a primeira ocupação do Centro-Oeste do Brasil, conservando as características dos séculos XVIII e XIX.

Já acenamos no primeiro capítulo algumas estratégias adotadas pelos técnicos do SPHAN/IPHAN para a manutenção das características coloniais nas cidades mineiras e também em Goiás. Identificamos que após algumas tentativas de modernização dessas cidades, em finais do século XIX e início do XX, passou-se a uma espécie de busca das características coloniais, o que se deu a partir da institucionalização do SPHAN e formação de seu quadro de especialistas, voltados à uma determinada maneira de contar a história nacional, elegendo os bens de representação da nacionalidade. Mencionou-se o caso de Ouro Preto que é mais uma cidade do século XIX do que uma cidade colonial, como bem registra Heliana Salgueiro³⁷³.

Os historiadores da arquitetura sabem que os elementos ou motivos das imagens-protótipo das casas que ‘encantam’ hoje os que passeiam pelas ruas da velha capital datam, em sua maioria, do século XIX e mesmo do XX, pois a política patrimonial de restauração que contribuiu para fazer de Ouro Preto um mito, manteve a tendência de reproduzir certas formas eleitas como ‘autênticas’, a fim de manter a harmonia do conjunto. A cidade hoje mostra poucos traços da época da corrida do ouro. São os períodos posteriores que permitiram o acabamento ou refinamento rústico da sua arquitetura barroca colonial. Já o território e a forma urbana, estes não conheceram grandes mudanças. A organização do tecido e do traçado persistem, pois, os projetos de melhoramentos propostos no final do século XIX ficaram no papel³⁷⁴.

Como aponta a autora, boa parte do que se diz a respeito da cidade de Ouro Preto, com foco para a uniformidade do conjunto, sua integridade (próxima do século de sua fundação), a classificação de “cidade barroca” ou “cidade intacta” (sobretudo

³⁷² Dossiê de Goiás, disponível em <http://whc.unesco.org/>, grifos e tradução nossa: “ela permaneceu mais próxima de suas condições de origem e, nesse sentido, representa mais exatamente o que eram as cidades brasileiras nos séculos XVIII e XIX”.

³⁷³ SALGUEIRO, H. A. “Ouro Preto: dos gestos de transformação do colonial... op. cit.

³⁷⁴ *Idem*, p. 127.

do século XVIII) são reflexões construídas e datadas, de décadas posteriores, muito mais recentes. As análises da autora permite tecer mais uma observação sobre Goiás. O *Formulário de Proposição de Goiás*, ao comparar esta cidade às cidades de Ouro Preto e Diamantina contribui para evidenciar o quanto a atribuição de valores aos bens depende de escolhas e de relações de poder, sendo, também, datadas. Explica-se: a cidade goiana foi comparada às cidades mineiras em dois momentos distintos. Na primeira vez, na década de 1930, o IPHAN compara a cidade de Goiás às cidades mineiras, mas naquela ocasião a comparação serve para recusar a proposta de tombamento de Goiás, pois o que sobrara do colonial nesta cidade não era considerado excepcional como em Ouro Preto. Cerca de 40 anos mais tarde, em finais da década de 1990, estas cidades são colocadas em confronto novamente, mas agora com o objetivo de inscrever Goiás à *Lista do Patrimônio Mundial*. Desta vez, a comparação é costurada para validar um discurso que narra a autenticidade da cidade de Goiás e expõe seu valor universal excepcional. Os argumentos não são elaborados para indeferir um processo, mas para evidenciar que essas cidades possuem semelhanças e ao mesmo tempo diferem uma da outra: em Goiás é o colonial mais humilde, sem o barroco que caracteriza as cidades mineiras que deve ser celebrado.

Continuando, o item “justificativa de inscrição - autenticidade e integridade” parece ratificar a ideia de que a noção de autenticidade vai sendo construída pela chave da “integridade histórica” marcada pela transformação sutil ou quase inexistente da cidade. Segundo o documento, a cidade de Goiás “restée en marge du développement brésilien. Elle n’est sortie que très récemment, en raison du voisinage de Brasília. Ceci explique qu’elle ait conservé intact son aspect ancien”³⁷⁵. Na sequência é dada a seguinte explicação:

Seules les **façades présentent des variations**, « coloniales », néo-classiques, « éclectiques », « art-nouveau ». Mais ce **sont précisément ces variations qui justifient la proposition d’inscription sur la liste du patrimoine mondial**. Goiás n’est pas une du XVIIIe siècle même si elle en porte la marque indestructible, c’est une capitale isolée de tout pendant deux siècles, une ville qui a évolué lentement, recevant les modes étrangères avec des dizaines d’années de retard, les incorporant à son tissu urbain avec un art aussi remarquable qu’inconscient. La seule atteinte à l’authenticité réellement regrettable est l’église du Rosario, fondée en 1734, et reconstruite en 1933, trop grande, en style néo-gothique³⁷⁶.

Verifica-se, pelo trecho acima, que o discurso é, em certo sentido, contraditório. Primeiro, afirma-se que as variações estilísticas não chegaram a comprometer a autenticidade do conjunto e que tais alterações - recebidas com atraso, dado o

³⁷⁵ Dossiê de Goiás, disponível em <http://whc.unesco.org/>; tradução nossa: “[Goiás] permaneceu à margem do desenvolvimento brasileiro. Ela só saiu da estagnação muito recentemente, em consequência de sua proximidade com Brasília. O que explica o fato de ter conservado intacto o seu aspecto antigo”.

³⁷⁶ *Ibidem*, grifos nossos. Tradução nossa: Somente **as fachadas apresentam variações** “coloniais”, neoclássicas, “eclecticas”, “art-nouveau”. Mas são precisamente **essas variações que justificam a proposta de inscrição na lista do patrimônio mundial**. Goiás não é uma cidade do século XVIII, embora traga sua marca indestrutível, é uma capital isolada de tudo por dois séculos, uma cidade que evoluiu lentamente, recebendo as modas estrangeiras com dezenas de anos de atraso, incorporando-as ao seu tecido urbano com uma arte também admirável e inconsciente. **O único atentado à autenticidade** verdadeiramente marcante é a Igreja do Rosário, fundada em 1734, e reconstruída em 1933, em estilo neogótico.

isolamento da antiga capital -, não comprometeram a coerência do conjunto. Ao fim, explicita-se que a (nova) igreja do Rosário é o único atentado à autenticidade, porque foi reerguida em estilo *neogótico*, diferente do original.

De certo modo, tenta-se mostrar que as modificações pelas quais a cidade passou não chegaram a comprometer a ambiência do lugar. Inicialmente o “antigo” ou o “original” são mencionados como conservados, mas em seguida fala-se no surgimento das novas linguagens arquitetônicas, ainda que sugerindo que as mesmas não tenham comprometido a unidade do conjunto. Dessa forma, está insinuada a manutenção da integridade da cidade colonial.

Quanto à igreja do Rosário, pode-se questionar por qual motivo essa obra seria um atentado à autenticidade. Considerando que a construção na década de 1930 da nova Igreja do Rosário - edificada originalmente em 1734 - não pressupõe o “resgate” da obra anterior, ou seja, não toma como base o *colonial*, entendemos que a nova Igreja não pode ser considerada um falso histórico. Nesse sentido, nota-se que a autenticidade, no caso de Goiás, também é construída com base no apelo estético, que deve levar em conta o “original”, ou ainda, o *colonial*. Dito de outro modo, ao pensar o objeto em sua autenticidade como desprovido da ação do tempo, afirma-se no *Formulário* que apenas a Igreja do Rosário é o caso mais grave de atentado à autenticidade, porque se trata de uma reconstrução em estilo estranho ao “original”. Mas cabe lembrar que para a *Carta de Veneza* (1964), por exemplo, o monumento deve ser respeitado em sua materialidade e historicidade.

Além do mais, com base nos estudos de Izabela Tamaso³⁷⁷, o caso da igreja do Rosário é um ótimo exemplo de como o passado pode ser recortado no presente. Em outras palavras, as escolhas feitas no presente, por determinados grupos em função de uma determinada narrativa e discurso, omitem uma parte do passado que não se quer valorizar no presente. Segundo essa autora:

a história da demolição deliberada da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no ano de 1933, é absolutamente omitida. O passado da religiosidade negra e escrava não está contemplado pela retórica do patrimônio que se apresenta à UNESCO. A estratégia retórica, como num passe de mágica, informa sobre a fundação e a reconstrução, ignorando todo o passado vivido no período de cerca de 200 anos: festas do rosário, irmandades do Rosário, casamentos, batizados, cerimônias. As representações nativas sobre a Igreja do Rosário dos Pretos não contam do Dossiê³⁷⁸.

³⁷⁷ TAMASO, I. *Em nome do Patrimônio... op. cit.*

³⁷⁸ *Idem*, pp. 130.

Imagem 47: Igreja e Convento do Rosário, no final do século XIX.

Fonte da imagem: IPHAN/Goiás (Pesquisa realizada na sede do escritório técnico do IPHAN na cidade de Goiás, em julho de 2013).



47

Imagem 48: Fotografia mostrando festividades na frente da antiga Igreja do Rosário que é demolida e reconstruída em 1933.

Fonte da imagem: IPHAN/Goiás (Pesquisa realizada na sede do escritório técnico do IPHAN na cidade de Goiás, em julho de 2013).



48



Imagem 49: Festividades em frente à nova Igreja do Rosário, ainda em construção. Esta igreja é reconstruída com características “neogóticas” e, em função disso, é considerada, no Dossiê de Goiás para a UNESCO, o único atentado à autenticidade na cidade

Fonte da imagem: IPHAN - Goiás (Pesquisa realizada na sede do escritório técnico do IPHAN na cidade de Goiás, em julho de 2013).

49



Imagem 50: Igreja do Rosário já reconstruída. Notar que as ruas possuíam postes “modernos” para a iluminação elétrica, no final da década de 1930. Estes postes são substituídos, na segunda metade da década de 1990, por lustres que representam antigas luminárias da cidade. Cabe lembrar, como já tratado no capítulo I, que alguns moradores se referem à atual Igreja do Rosário como se fosse a antiga. Isso evidencia uma memória coletiva da Igreja (demolição/reconstrução) ainda que essa história não seja enfatizada oficialmente.

Outro fato muito curioso que foi observado é que esta Igreja, embora não seja tombada pelo IPHAN e seja tratada no Dossiê para a UNESCO como um caso de inautenticidade, aparece como imagem símbolo dessa cidade em diversos documentos que tratam do patrimônio em Goiás. Isso foi observado no Brasil (inclusive em documentos do IPHAN), no site da UNESCO ou outros que tratam do patrimônio mundial (em imagens sobre a cidade) e também em sites portugueses que tratam do patrimônio português pelo mundo.

Fonte da imagem: Pesquisa realizada na Biblioteca Frei Simão em julho de 2013.

Imagem 51: Largo do Rosário nos dias de hoje.
Foto: Carolina Fidalgo de Oliveira, novembro de 2012.



51

Imagem 52: Vista do Largo e Igreja do Rosário e Rua Dom Candido com casa de Cora à esquerda, em primeiro plano. Foto do final da década de 1980.

Fonte da imagem: IPHAN/Goias (Pesquisa realizada na sede do escritório técnico do IPHAN na cidade de Goias, em julho de 2013).



Imagem 53: Em primeiro plano, Cruz do Anhanguera. Atrás Casa de Cora e ao fundo a igreja do Rosário
Foto: Carolina Fidalgo de Oliveira, novembro de 2012.



53

Esses aspectos reafirmam as questões tratadas por Heliana A. Salgueiro na cidade de Ouro Preto. Ou seja, a imposição de um estilo leva a um passado que é fixado arbitrariamente num momento idealizado. Desse modo, no caso do documento de proposição da cidade de Goiás à UNESCO, ao insistir na ideia de isolamento, é preciso também persistir na ideia de que nada foi alterado; e se não foi alterado, então a autenticidade passa a ficar mais “palpável”, mais “identificável”, ainda que a manutenção das características formais e materiais originais não seja mais a tônica predominante nas *Cartas Patrimoniais* ou nos debates internacionais, quando da elaboração desse documento (Dossiê).

As medidas ditadas por uma visão uniformizante da cidade falseiam a percepção dos diferentes momentos de sua historicidade, estagnando-a em nome de um século XVIII mítico, que convinha ser louvado como a idade do ouro. Assim, apagam-se ou assimilam-se de maneira tácita os aportes posteriores, enquanto uma opção mais radical predomina no que se refere aos motivos mais visíveis do século XIX, que são taxados de desnaturados³⁷⁹.

Não obstante, a *Declaração de Valor* emitida pelo ICOMOS, mais alinhada aos preceitos da *Carta de Veneza* (1964), afirma:

The town is characterized by the harmony of its architecture, due to the proportions and types of buildings. At the same time, the history of construction can be read in the variation of styles from the classical 18th century buildings to the eclectic architecture of the 19th century. The zone proposed for inscription consists essentially of the zone listed and protected by IPHAN in 1978. To this have been added some typical 19th century streets, which are considered to be important for appreciating the history of the town³⁸⁰.

Afinal, o reconhecimento dessa cidade como bem patrimonial mundial não pode ser explicado apenas pelo fato dela ter conservado sua estrutura urbana do século XVIII, pois a autenticidade não trata apenas da obra tal como ela foi no passado, mas leva em consideração sua transformação no tempo. A vida cultural da cidade, as festas urbanas, música e culinária típicas e outras tradições culturais diversas não são retomadas, neste caso, na avaliação da autenticidade. O *Dossiê de Proposição da cidade de Goiás* pouco se refere, por exemplo, ao patrimônio imaterial. Também muito pouco é tratado em termos de Paisagem Cultural. Não se estabelece uma reflexão mais atualizada a respeito dos valores e critérios adotados e as noções de valor universal excepcional, integridade e autenticidade ficam amarradas a uma percepção já superada do tema.

Talvez uma pequena exceção possa ser feita em relação ao conceito de Paisagem Cultural. Embora a cidade de Goiás não seja analisada por esse viés, o anexo VI do

³⁷⁹ SALGUEIRO, H. A. “Ouro Preto: dos gestos de transformação... *op. cit.*, p. 137.

³⁸⁰ Documento elaborado pelo ICOMOS, com avaliação sobre a proposta de inscrição de Goiás ao título de patrimônio Cultural da Humanidade; disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acesso em 25 de setembro de 2012. Tradução nossa: A cidade é caracterizada pela harmonia de sua arquitetura, devido às proporções e os tipos de edifícios. Ao mesmo tempo, a história da construção pode ser lida pela variação de estilos que vão dos clássicos edifícios do século 18 até a arquitetura eclética do século 19. A zona proposta para inscrição consiste essencialmente na zona listada e protegida pelo IPHAN, em 1978. A ela foram adicionadas algumas ruas típicas do século 19, por serem consideradas importantes para a apreciação da história da cidade.

Dossiê tece algumas considerações sobre este conceito ao apreciar algumas características do tecido urbano da cidade e sua inserção na paisagem que envolve o território goiano.

Cabe contextualizar que o conceito Paisagem Cultural começou a ser definido em 1920 por um geógrafo americano - Carl Sauer (1889-1975) - ao afirmar que a paisagem cultural é resultado da ação de um grupo social sobre a paisagem natural, sendo a cultura o agente desse processo, a área natural o meio e a paisagem cultural, portanto, o resultado³⁸¹. Em linhas gerais, segundo essas premissas, as Paisagens Culturais expressariam as marcas nelas registradas, deflagrando a interposição do passado e do presente, além dos elementos naturais e culturais. Partindo da noção de que a construção da paisagem cultural está relacionada à construção do espaço geográfico e do território, que integra o meio físico e o ambiente cultural e social, expressando-se também por meio de um valioso patrimônio, este conceito começa a ser incorporado e debatido na UNESCO em 1992 e sua abrangência possibilita atualizar o debate sobre os bens patrimoniais, incluindo a própria noção de autenticidade. Segundo Christina Cameron, autora já citada neste trabalho, a incorporação deste conceito pela UNESCO também contribuiu para que o congresso em Nara fosse realizado em 1994³⁸².

Este conceito também pode permitir superar, segundo as pesquisadoras Flávia Brito do Nascimento e Simone Scifoni³⁸³, a dicotomia ainda presente na atuação de nossos órgãos de preservação, no que diz respeito ao tratamento de bens materiais e imateriais, posto que é necessário considerar também a paisagem cultural como a herança do trabalho do homem e suas diferentes formas de produção e apropriação social da natureza, ou seja, a paisagem é dada por uma forma – estabelecida ao longo do tempo – mas também pela maneira como as populações a apreendem e se relacionam com ela.

Na UNESCO, a ideia de Paisagem Cultural, também é associada a uma outra: a de Paisagem Histórica Urbana. Estes termos vêm sendo cada vez mais utilizados ao redor do mundo por pesquisadores, profissionais e órgãos de preservação e o *Memorando de Viena* (2005) é o documento que introduz esta discussão, embora não tenha sido referendado em Assembleia Geral do ICOMOS.

Segundo documento da UNESCO de 2011³⁸⁴, a Paisagem Histórica Urbana é definida como resultado de uma **estratificação histórica** de valores e atributos culturais e naturais que deve ir além da noção de Centro Histórico. Esse julgamento leva em conta o *Memorando de Viena* que trata também das intervenções contemporâneas nesses espaços, julgando que tais intervenções devem evitar um desenho e forma “pseudo-históricas” (que imitem a história), posto que essa atitude constitui tanto uma negação do histórico quanto do contemporâneo. Segundo o documento, uma visão histórica não deve excluir outra.

³⁸¹ FERNANDES, Ana Maria. “Paisagem Cultural: do conceito à proteção do patrimônio”. In: Anais do 3 Colóquio Ibero-americano de Paisagem Cultural, patrimônio e projeto; realizado em Belo Horizonte, em setembro de 2014. Disponível em: <http://www.forumpatrimonio.com.br>, acesso em agosto de 2015.

³⁸² CAMERON, C. “The evolution of the concept... *op. cit.*”

³⁸³ NASCIMENTO, Flávia Brito do; SCIFONI, Simone. “A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira – SP”. In *Revista CPC*, São Paulo, n. 10, pp. 29-48, maio/out. 2010.

³⁸⁴ UNESCO. *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Paris, 2011.



Imagem 54: Igreja do Rosário inserida na paisagem. Os morros que contornam a cidade emolduram a Igreja.
Foto: Carolina Fidalgo de Oliveira, julho de 2013.

54



Imagem 55: Igreja de Santa Bárbara e Morro de Santa Bárbara. Casario mergulhado na paisagem da cidade de Goiás.
Foto: Carolina Fidalgo de Oliveira, julho de 2013.

55

Imagem 56: Os morros que cercam a cidade e alguns de seus principais monumentos.

Fonte da imagem:

<https://www.facebook.com/Cidade-de-Goiás-Velho-391244440940190/timeline/>



56

O fato é que a ideia de *Paisagem Cultural* tem aberto novas possibilidades para a área do patrimônio, combinando aspectos materiais e imateriais do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural. Com isso, abre-se uma perspectiva contemporânea para, ao lado de contribuições já conhecidas, se pensar uma forma mais integrada do campo da preservação.

Retomando o *Dossiê de Proposição da cidade de Goiás*, e com base nos parâmetros e nas justificativas analisadas neste capítulo, verifica-se que este documento sugere, inicialmente, que o centro histórico da cidade seja incluso na *Lista* da UNESCO em função dos critérios II e V. O critério II parte da ideia de que a cidade de Goiás:

Témoigne de la manière dont les explorateurs de territoires et fondateurs de villes portugais et brésiliens, isolés de la mère patrie et du littoral brésilien, ont adapté aux réalités difficiles d'une région tropicale les modèles urbains et architecturaux portugais, et ont emprunté aux Indiens quantité de manières d'utiliser les matériaux locaux³⁸⁵.

E o critério V, a partir da noção de que:

³⁸⁵ Dossiê de Goiás, disponível em <http://whc.unesco.org/>. Tradução nossa: “[Goiás] testemunha a maneira como os exploradores de territórios e os fundadores das cidades portuguesas e brasileiras, isolados da mãe pátria e do litoral brasileiro, adaptaram as difíceis realidades de uma região tropical aos moldes urbanos e arquitetônicos portugueses, e emprestaram dos índios as diversas formas de utilização dos materiais locais”.

Goiás est le dernier exemple d'occupation de l'intérieur du Brésil telle qu'elle s'est pratiquée aux XVIII^e et XIX^e siècles. Exemple fragile, qui commence d'être vulnérable dans la mesure où la ville commence de reprendre son développement. Exemple d'autant plus remarquable que le paysage que l'entoure est resté pratiquement inchangé³⁸⁶.

Numa primeira avaliação realizada pelo ICOMOS, em 2000, a nomeação de Goiás à Patrimônio Mundial é indeferida. Na ocasião, solicita-se à equipe brasileira responsável pelo *Dossiê*, algumas informações adicionais, incluindo uma reavaliação do “valor universal excepcional” e uma definição mais apurada da área urbana indicada à *Lista do Patrimônio Mundial*.

Em função das complementações requeridas pelo ICOMOS, são adicionadas ao *Dossiê de Goiás* novas informações, disponibilizadas em dois anexos (V e VI)³⁸⁷.

O anexo V, preparado por técnicos e colaboradores do IPHAN/Brasília e do IPHAN/Goiás³⁸⁸, dedica-se à arquitetura vernacular da cidade. Nessa parte do documento explica-se que a arquitetura foi construída com base no que era praticado em São Paulo, já que as expedição bandeirantes paulistas trouxeram consigo as técnicas construtivas da colonização portuguesa. A ideia de isolamento e a distância de Goiás em relação às cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são tratadas como fatores que contribuem para que as “contaminações estilísticas” sejam lentas em Goiás, favorecendo a manutenção das características perpetradas pelos bandeirantes³⁸⁹.

O anexo VI, por sua vez, retoma aspectos importantes e alguns conceitos abordados ao longo do *Dossiê*, e é elaborado por Augusto da Silva Telles, conselheiro do IPHAN à época da candidatura de Goiás ao título da UNESCO, e por Fernando Madeira, coordenador executivo do *Dossiê de Goiás*. Neste anexo, os autores destacam a paisagem geográfica a qual está inserida a cidade, valorizando aspectos visuais e da natureza. “Distingue-se a Serra Dourada que emoldura, pelo Sul, a cidade de Goiás e confere ao núcleo urbano um valor paisagístico suplementar por seu caprichoso perfil no horizonte”³⁹⁰.

O território goiano também é mencionado no *Dossiê* não apenas por causa das Serras que emolduram a cidade de Goiás, mas também pelas características do cerrado, vegetação e formação rochosa exuberante.

³⁸⁶ Dossiê de Goiás, disponível em <http://whc.unesco.org/>; tradução nossa: “Goiás é o último exemplo de ocupação de interior do Brasil, tal como foi praticado nos séculos XVIII e XIX. Exemplo frágil, que começa a se tornar vulnerável na medida em que a cidade está começando a retomar seu desenvolvimento. Exemplo admirável na medida em que a paisagem do seu entorno permaneceu praticamente inalterada”.

³⁸⁷ Pelo que pudemos averiguar, esses dois anexos não constavam no documento original, encaminhado à UNESCO, de modo que entendemos que eles foram incluídos no Dossiê posteriormente, após a primeira análise da documentação pelo ICOMOS.

³⁸⁸ Antolinda B. Borges, Antônio Rosado Correa, Brasilete Caiado, Cristina Portugal Ferreira, José Leme Galvão Junior, Luís Botosso Júnior, Rogério Carvalho, Salma Saddi de Paiva e Simone Siqueira.

³⁸⁹ CD Rom, com cópia parcial do *Dossiê* de Goiás, disponibilizado pelo escritório técnico do IPHAN, em Goiás.

³⁹⁰ *Idem*.

Imagem 57: Pedra
Chapéu do Sol

Fonte da imagem:

[http://www.caliandradoce
rrado.com.br](http://www.caliandradoce
rrado.com.br), acesso em
setembro de 2015



57

Imagem 58: Serra dos
Pirineus

Fonte da imagem:

[http://www.caliandradoce
rrado.com.br](http://www.caliandradoce
rrado.com.br), acesso em
setembro de 2015.



58

Voltando para os anexos V e VI, chama a atenção nestes anexos o conjunto de imagens escolhidas para ilustrar as características da arquitetura. Apresentam-se algumas imagens que comparam a cidade de Goiás às cidades portuguesas de Évora e Açores. Nessas imagens é possível verificar a semelhança do padrão construtivo de alguns modelos arquitetônicos³⁹¹.

Igualmente, são inseridas imagens da arquitetura paulista. Neste caso, porém, a arquitetura paulista está representada nas fotos de Militão Augusto de Azevedo e são de obras que não existem mais na cidade de São Paulo, porque foram destruídas pelos processos de modernização da cidade. Chama atenção, ao menos

³⁹¹ Infelizmente, essas imagens não puderam ser reproduzidas aqui por estarem com baixa resolução, mas podem ser consultadas em arquivo digital, no Escritório Técnico do IPHAN, na cidade de Goiás.

nas fotos apresentadas, a semelhança entre os conjuntos arquitetônicos de Goiás e São Paulo o que leva a inferir, ainda que de forma sutil, que as imagens selecionadas transmitem a mensagem de que Goiás sustentou, ao longo do tempo, aquilo que São Paulo não pode conservar.



São Paulo, 1887- Militão.

24



São Paulo,
1887 - Militão

20



Igreja de N.
S. da Abadia,
Goiás - 2000.



Monsarraz,
Portugal - 1985.

22



Goiás- 2000.

26



Rua da Abadia, Goiás - 2000.

23

Imagem 59: Conjunto de imagens comparando a cidade de São Paulo no século XIX à cidade de Goiás, em 2000.

Fonte da imagem: Dossiê de Proposição da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial, pesquisado em novembro de 2012.

O uso dessas imagens associado às justificativas apresentadas no *Dossiê de Goiás*, favorece a argumentação do “isolamento” e da “estagnação”, termos recorrentemente utilizados neste documento para justificar a manutenção das características urbanas e arquitetônicas da cidade. O texto do anexo VI, por exemplo, ainda que assuma algumas modificações nas fachadas do casario, conclui:

As condições da arquitetura vernacular em Goiás, somadas às demais expostas ao longo do Dossiê, são os fatores que conferem à cidade o inegável valor universal que nos permite propor sua inscrição nos critérios dos itens II, IV e V do artigo 24 da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Cultural e Natural³⁹².

Complementadas as informações solicitadas, esses documentos são novamente encaminhados ao *Comitê do Patrimônio Mundial* e então o ICOMOS confirma que essa cidade é importante testemunho da ocupação e colonização do Brasil central no contexto das cidades do período da mineração. O parecer sugere que “the historic town of Goiás represents an authentic testimony to such developments and could be considered complementary to the town of Diamantina, already inscribed on the List”³⁹³.

A *Declaração de Valor* do ICOMOS compreende que a cidade de Goiás se adaptou às condições do território, que a arquitetura evoluiu de forma harmoniosa, por meio da continuidade do uso de materiais locais e de técnicas vernaculares. A população

³⁹² CD Rom, com cópia parcial do *Dossiê de Goiás*, disponibilizado pelo escritório técnico do IPHAN, em Goiás.

³⁹³ Parecer do ICOMOS, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acessado em setembro de 2012. Tradução nossa: “a cidade histórica de Goiás representa um autêntico testemunho de tal evolução e pode ser considerada complementar à cidade de Diamantina, já inscrita na Lista”.

contribuiu com a manutenção das tradições e o sítio não foi afetado pelo turismo. Assim, atesta o ICOMOS:

The main qualities of Goiás, its exceptionality and its outstanding universal value, lie less in its artistic aspects and rather more in its being a genuine and rare document of the way in which the explorers of the territory, in an isolated situation, adapted models of planning and construction to the realities of a tropical region, borrowing from the indigenous people the use of local materials and techniques³⁹⁴.

De certo modo, o texto do ICOMOS coloca um peso menor nos aspectos estéticos, priorizando as questões imateriais como expressões de uma dada cultura. O parecer emitido por este órgão afirma, por exemplo, que a produção da arquitetura goiana, com base nas técnicas construtivas portuguesas, interage e se adapta à determinados traços da cultura indígena local. Contudo, não é possível identificar, nem do ponto de vista material, nem imaterial, como se dá essa influência na construção de Goiás, até mesmo porque o próprio *Dossiê* não esboça nenhuma alusão clara à cultura dos índios da região - o *Dossiê* ao tratar das técnicas construtivas portuguesas, trazidas pelos bandeirantes paulistas, menciona que elas foram adaptadas ao local, sem explicitar o conhecimento da cultura indígena nesse processo -, exceto quando menciona o nome da cidade, que vem de uma comunidade indígena denominada *Goyazes*.

Já os bandeirantes paulistas, cabe frisar, merecem vários apreços; chega-se a apontar, por exemplo, passagens curiosas sobre a possível esperteza de Bartolomeu Bueno da Silva no período em que ele e sua comitiva buscavam ouro na região. Sobre isso, um dos mitos mais curiosos relacionados à fundação da cidade de Goiás refere-se a uma *estória*, contada há muitas gerações, mencionada em livros de memórias locais e em publicações e documentos diversos³⁹⁵, que celebra a astúcia de Bartolomeu Bueno da Silva. Segundo essa *estória*, dada a dificuldade enfrentada pelo bandeirante para encontrar as minas de ouro em Goiás, e ciente de que os índios *Goyazes* sabiam de sua existência, ele ateia fogo numa panela com álcool, fazendo os índios pensarem que se tratava de água pura. Os índios, espantados com as chamas - pois não conheciam o álcool - e temerosos de que o *bandeirante* fizesse o mesmo com os rios, fornecem as indicações de onde encontrar o tão desejado metal. Nessa passagem, ainda que não de modo explícito, há uma alusão ao feito heroico dos Bandeirantes, responsáveis pelo desbravamento do território e por disseminar aspectos da cultura paulista e lusitana no processo de edificação das cidades³⁹⁶.

O ICOMOS também tece algumas observações sobre a cidade de Goiás a partir de comparações com outras cidades edificadas no mesmo período, com destaque para Ouro Preto e Diamantina, ambas já inscritas na *Lista do Patrimônio Cultural*

³⁹⁴ *Idem*, tradução nossa: “As principais qualidades de Goiás, sua excepcionalidade e seu valor universal excepcional, se referem menos aos aspectos artísticos e mais ao fato de representar um raro e autêntico documento da forma com que os exploradores do território, numa situação isolada, adaptaram modelos de planejamento e construção a uma realidade tropical, tomando emprestado do povo indígena, seus materiais e técnicas locais”.

³⁹⁵ Inclusive no próprio *Dossiê de Proposição da cidade de Goiás* ao título da UNESCO. Para mais detalhes das várias versões e interpretações desse episódio consultar TAMASO, I. *Em nome do Patrimônio... op. cit.*, p. 65-101.

³⁹⁶ Esta passagem também menciona os índios, mas não como colaboradores de uma construção cultural local.

Mundial. Uma vez que essas cidades estão relacionadas à mineração e à exploração do ouro é possível identificar, segundo os especialistas que elaboraram o parecer, o diferencial de Goiás ao compará-la a essas cidades. Assim, o parecer do ICOMOS aponta o rio como um diferencial, ao enfatizar que a colonização de Goiás teve como base o rio, que dividiu a cidade em duas partes, algo raro nesse período na América Latina. Além do mais, Goiás é a primeira ocupação do Brasil central, e se difere na forma urbana e arquitetônica de cidades como Ouro Preto, Diamantina e Serro, por ser mais plana e um pouco mais espalhada. Consta no parecer do ICOMOS:

The austere architecture of Goiás is characterized by the use of vernacular, *adobe*, *taipa*, and *pau-a-pique* techniques, which have continued over time, giving the town its particular harmony. It also represents the original conditions of such mining towns in an authentic and less altered state than any other³⁹⁷



Imagens 60 e 61: O Rio Vermelho é marcante na Paisagem da cidade. É também responsável por danosas enchentes que, de tempos em tempos invadem a cidade - sendo a mais conhecida delas a que ocorreu em 2001, exatos 15 dias após o reconhecimento desse núcleo urbano como Patrimônio Cultural Mundial -, é também parte de uma paisagem singular, contribuindo para caracterizar o território. No passado, favoreceu à hierarquização social deste lugar, posto que ao sul de suas margens constituiu-se a Igreja Matriz e os edifícios públicos mais importantes, como a Casa de Fundação e o Palácio do Governador. É nesta parte da cidade que se encontra também o Largo do Chafariz, onde a autoridade portuguesa delimitou, em finais do setecentos, um vasto espaço em formato triangular e ergueu edificações de características coloniais e barrocas, como a Casa de Câmara e Cadeia (atual Museu das Bandeiras) e o Quartel do XX. Já ao norte do Rio Vermelho implantou-se, a Igreja do Rosário e o casario mais singelo. Mais acima, situa-se a Igreja de Santa Bárbara de onde é possível olhar a cidade e a Serra Dourada. Seguindo as margens do Rio, também ao norte, localiza-se a Fonte da Carioca, que foi importante ponto de encontro de moradores, viajantes e tropeiros que chegavam à

Fotos: Carolina Fidalgo de Oliveira, novembro de 2012.

³⁹⁷ Parecer do ICOMOS, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acessado em setembro de 2012. Tradução nossa: “A austera arquitetura de Goiás é caracterizada pelo uso vernacular, ao longo do tempo, de técnicas como adobe, taipa e pau-a-pique, dando à cidade sua harmonia particular. Ela também representa as condições originais das cidades mineiras, em seu estado mais autêntico, e menos alterada do que qualquer outra”.

Para o ICOMOS, um dos principais significados da urbanização de Goiás é sua relação com as características das cidades portuguesas - assim como ocorre com Ouro Preto e Diamantina, como já mencionado -, mas adaptada a uma diferente condição do território, inserida no interior do cerrado.

The special significance of Goiás is based on its being one of the key references in the process of the colonization of the Brazilian inland, which as a whole differed from the rest of Latin America because of its Portuguese connection³⁹⁸.

Esse aspecto chama a atenção, porque como se verá na continuidade deste capítulo (item 2.3), quando a cidade de Goiás é declarada patrimônio mundial, dois bens portugueses também são. E isso coincide com um período de campanha política em Portugal de valorização da cultura portuguesa pelo mundo³⁹⁹. Assim, fica aqui esboçada uma questão: o reconhecimento da cidade de Goiás como Patrimônio da Humanidade foi facilitado pelas campanhas portuguesas?⁴⁰⁰

A principal diferença de Goiás em relação à Ouro Preto e Diamantina, para o ICOMOS, é sua arquitetura, menos rigorosa, de origem mais “abrasileirada”, sem a presença do barroco que se consolidou em Ouro Preto. A arquitetura é modesta, mas o conjunto é harmonioso e, segundo o parecer, é o resultado coerente do uso de materiais locais e técnica construtiva vernacular. Na declaração do ICOMOS sobre o significado de Goiás, consta:

The historic town of Goiás constitutes an important testimony of the occupation and colonization of central Brazil. The urban layout of Goiás is an example of an organically developed colonial town, adapted to the conditions of the site. The architecture is plain and severe in character, and the whole is harmonious, resulting also from continuity in the coherent use of local materials and vernacular techniques, as interpreted by local craftsmen. The site has retained its remarkable setting intact⁴⁰¹.

Desse modo, o Parecer final do ICOMOS recomenda que o centro histórico de Goiás seja inscrito na *Lista do Patrimônio Cultural Mundial* com base nos critérios

³⁹⁸ Parecer do ICOMOS, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acesso em setembro de 2012. Tradução nossa: “Goiás tem um significado especial por ser uma das referências fundamentais no processo de colonização do interior do Brasil, que difere por seu conjunto do restante da América Latina, em função de sua conexão Portuguesa”.

³⁹⁹ É nesse período, por exemplo, que começa a surgir uma campanha em Portugal para tratar do patrimônio português no mundo, que resultou num projeto e publicação de uma obra intitulada *Patrimônio de Origem Portuguesa no Mundo: arquitetura e urbanismo*, sob a direção de José Mattoso e apoio da Fundação Calouste Gulbenkian, entre 2007 e 2012.

⁴⁰⁰ A questão é curiosa, mas por não configurar problema central desta pesquisa, sua verificação não foi levada a diante.

⁴⁰¹ Parecer do ICOMOS, disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/993/documents/>, acesso em setembro de 2012. Tradução nossa: “A cidade histórica de Goiás constitui um importante testemunho da ocupação e colonização da região central do Brasil. O traçado urbano de Goiás é um exemplo de uma cidade colonial organicamente desenvolvida, adaptada às condições do local. A arquitetura é simples e austera em suas características, e o todo é harmonioso, o que também é resultado da utilização coerente e contínua dos materiais locais e das técnicas vernaculares, interpretada por artesãos locais. O sítio urbano tem mantido sua notável configuração intacta”.

II e IV (e exclui o V, como inicialmente sugerido no documento de proposição). São fixados os seguintes termos⁴⁰²:

Criterion ii: In its layout and architecture the historic town of Goiás is an **outstanding example of a European town** admirably adapted to the climatic, geographical and cultural constraints of central South America.

Criterion iv: Goiás represents the evolution of a form of urban structure and architecture characteristic of the colonial settlement of South America, making full use of local materials and techniques and **conserving its exceptional setting**.

Entendemos que as características da arquitetura, várias vezes enfatizada no *Dossiê de Goiás* como “originais” ou “tradicionais” pouco alteradas, somadas ao caráter “primitivo” da trama urbana, dão à cidade de Goiás uma sensação de permanência, o que permite, nos documentos oficiais, que ela seja enquadrada como autêntica.

⁴⁰² *Ibidem*, grifos nossos; tradução nossa: “Critério II: Em função de seu traçado e arquitetura, o centro histórico da cidade de Goiás é um **exemplo excepcional de uma cidade europeia**, admiravelmente adaptada ao clima e às condições geográficas e culturais da América do Sul central; Critério IV: Goiás representa a evolução de uma forma de estrutura urbana característica da colonização da América do Sul, fazendo pleno uso de materiais e técnicas locais e **conservando um ambiente excepcional**.”



PROPOSITION D'INSCRIPTION DE LA VILLE DE

GOIÁS SUR LA LISTE DU PATRIMOINE MONDIAL

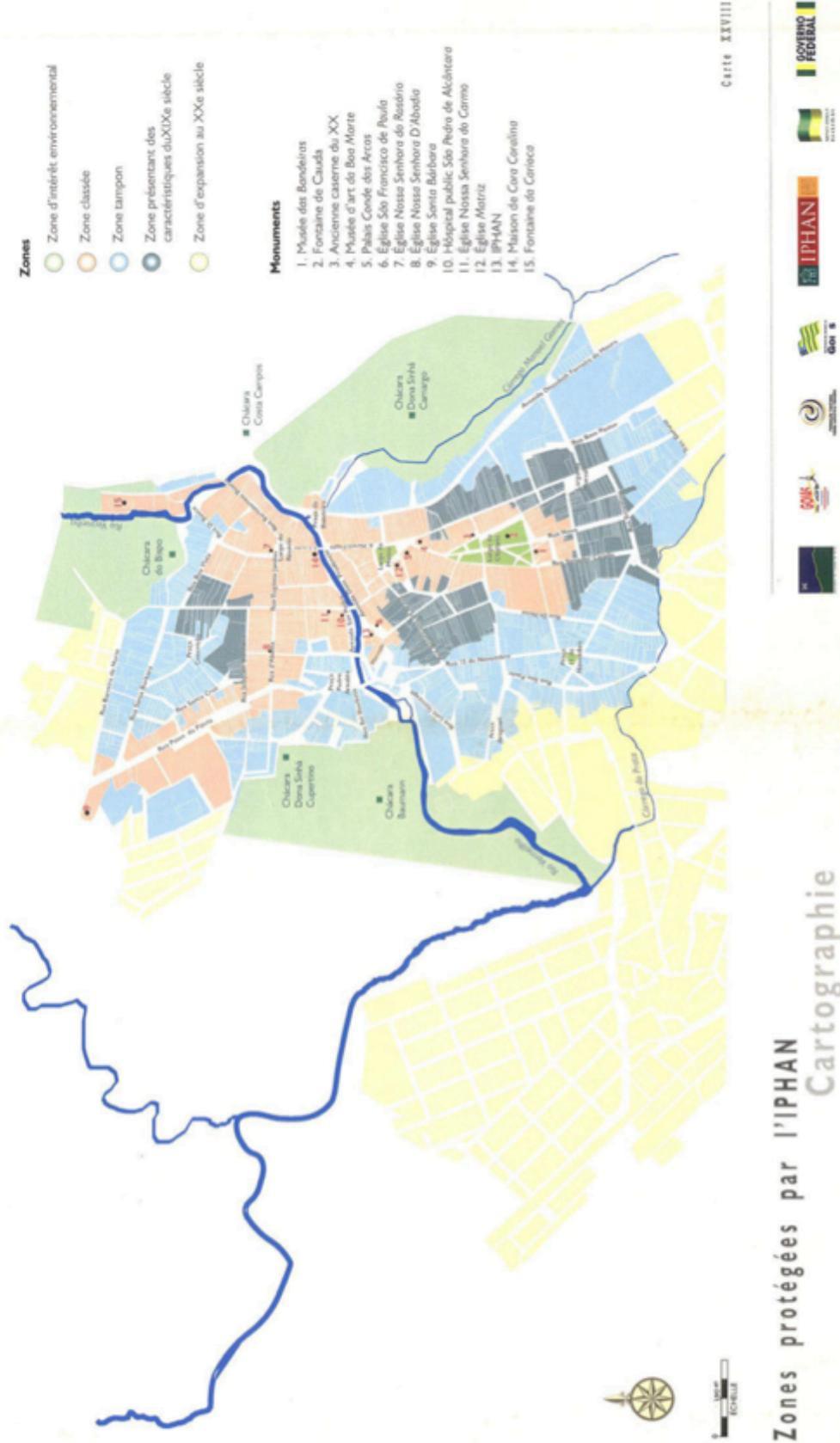


Imagem 62: Mapa da cidade e as áreas de proteção.

Fonte das Imagem: Dossiê de Proposição da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial, consultado no escritório técnico do IPHAN, na cidade de Goiás.

Para finalizar as análises acerca da proposição da cidade de Goiás ao título de patrimônio da humanidade, anotam-se mais algumas considerações. Alguns dos autores do *Dossiê de Proposição da cidade de Goiás ao título de Patrimônio Mundial* fizeram parte, em linhas gerais, do *Movimento Pró-Cidade de Goiás* e do grupo anteriormente denominado de *antimudancista* - aquele que a partir da década de 1930 lutou para a consolidação do centro histórico da cidade como patrimônio histórico e artístico nacional, como visto no capítulo I. O *Movimento Pró-Cidade de Goiás* foi formado por Brasilete Caiado (presidente); Leonardo Rizzo (vice-presidente); Antolinda Borges (tesoureira) e Jane de Alencastro Curado (secretária). Além destes, fizeram parte da execução do *Dossiê*, entre vários outros colaboradores: Fernando Madeira (IPHAN/Brasília); Salma Saddi Wares de Paiva⁴⁰³ (IPHAN/Goiás); Maria Cristina Portugal Ferreira (IPHAN/Goiás); Marcelo Brito (IPHAN/Brasília); Sylvia Helena Mota Pereira e Silva (IPHAN/Brasília).

Em paralelo aos primeiros passos para a formação do *Movimento Pró-Cidade de Goiás*, foi realizado o *I Seminário Cultural, Turístico e Ambiental da cidade de Goiás*, e também o I FICA (Festival Internacional de Cinema Ambiental). Ambos os eventos tinham como parte de seus objetivos divulgar a cidade e a cultura local, bem como ampliar o turismo. Desses encontros surgiu um primeiro documento a tratar de diretrizes básicas para a inscrição da cidade na UNESCO⁴⁰⁴.

A partir de julho de 2010, a UNESCO solicita a vários Estados parte “Declarações Retrospectivas de Valor Universal Excepcional”, pois considera que em alguns casos os bens culturais e naturais foram reconhecidos sem uma explicitação desses critérios (valor excepcional do bem, autenticidade, integridade) ou foram reconhecidos sem uma definição clara desses critérios e valores. Também, entendendo que esses conceitos evoluem no tempo, a UNESCO sugere que alguns casos precisam ser revistos, não porque antes não havia um entendimento do valor universal do bem ou ele não tivesse esse valor reconhecido, mas porque ele não foi bem articulado no momento da proposição. Dito de outro modo, precisa ser melhor explicado. Assim, a UNESCO solicita uma “Declaração Retrospectiva”, a ser elaborada pelo próprio Estado membro. No caso do Brasil, solicitou-se “declarações retrospectivas” de São Luís, Diamantina, Goiás, Ouro Preto e Congonhas.

Especificamente sobre Goiás, em 2012 a UNESCO solicitou rever⁴⁰⁵:

- sobre a noção de integridade: “the information provided refers to authenticity”;
- sobre a autenticidade: “please revise the information provided to clearly separate the statement on authenticity from integrity”;
- sobre gestão e conservação: “overall framework, this information has been provided, but needs to be summarized; specific long-term expectations, this information has been provided, but needs to be summarized”.

⁴⁰³ Salma S. W. de Paiva é presidente da superintendência do IPHAN em Goiás desde 1990, quando se consolidou essa unidade do IPHAN no Estado.

⁴⁰⁴ TAMASO, I. *Em nome do Patrimônio... op. cit.*, pp. 166.

⁴⁰⁵ Carta encaminhada pelo WHC (world Heritage Centre) ao IPHAN, em Janeiro de 2012, consultado no arquivo do IPHAN em Brasília, em fevereiro de 2012.

Todavia, não foi encontrado nenhum material ou documento atualizado que trate da revisão dos dados requeridos pela UNESCO. Entendemos que permanecem válidos os documentos já consultados no decorrer desta pesquisa.

2.3 | PROCESSOS, DISCURSOS, PRÁTICAS E INTERCÂMBIOS DE IDEIAS PROMOVIDOS PELA UNESCO

No decorrer desta pesquisa não foi possível determinar quando, pela primeira vez, se idealiza a cidade de Goiás como Patrimônio Cultural da Humanidade⁴⁰⁶. Imagina-se que em 1966 e 1967, quando Michel Parent veio ao Brasil em duas missões sucessivas da UNESCO, a cidade de Goiás não despertou no conselheiro grande interesse, pois em seu relatório sobre a cidade limitou-se à seguinte nota:

Para memória: O Estado de Goiás. Cidade de Goiás. O interesse da cidade antiga de Goiás, anteriormente capital do Estado do mesmo nome, está hoje em sua relativa proximidade de Brasília. O acesso é feito pela nova capital de Goiás, a moderna cidade de Goiânia. A cidade colonial de Goiás, única no interior do país juntamente com as cidades de Minas, sem ter o caráter de Salvador ou São Luís, justifica uma operação de restauração de sua praça principal e de sua antiga igreja. Essa operação ocupa um lugar ínfimo na contabilidade da rubrica ‘outros estados’⁴⁰⁷

Está claro que nesta ocasião não havia se consolidado a ideia de um patrimônio comum da humanidade a ser celebrado em listagens internacionais e a *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* só seria ratificada alguns anos depois, em 1972. A cidade de Goiás, nessa época, também não estava claramente inserida nos discursos patrimoniais do SPHAN; apesar do tombamento de algumas igrejas, seu conjunto não era considerado excepcional ou representativo da cultura nacional, o que somente veio a ocorrer em 1978, como apresentado no capítulo anterior.

A WHC entra em vigor, portanto, em 1972 e a primeira sessão do *Comitê do Patrimônio Mundial* ocorre em 1977, quando se publica também o primeiro *Guia Operacional*. Em 1978 são registrados os primeiros bens culturais ou naturais nas listas do patrimônio mundial, sendo que a cidade de Quito, no Equador, e o centro histórico de Cracóvia, na Polônia, inauguram a lista dos bens inscritos na categoria cidades, centros históricos ou conjuntos urbanos. Já a partir de finais da década de 1970, os estados membros são “convidados” a organizar suas *Listas Indicativas*, bem como preparar os *Dossiês de Proposição de Inscrição* de um bem cultural ou natural à *Lista do Patrimônio Mundial*.

⁴⁰⁶ Na página da OAB de Goiás (<http://www.oabgo.org.br/Revistas/46/Reportagem.html>) menciona-se que a primeira pessoa a solicitar a candidatura foi o prefeito da cidade em 1996 (João Batista Valim), mas seu pedido não ecoou de forma positiva em Brasília. Ainda segundo a OAB, somente em 1997, quando a historiadora Suzana Sampaio, membro do ICOMOS naquele ano, visitou a cidade é que a campanha ganhou força. A partir daí, surgiu o *Movimento Pró-cidade de Goiás*.

⁴⁰⁷ PARENT, Michel. “Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico”. In: UNESCO. *As missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008, p. 122.

Infelizmente não foi possível localizar todas as *Listas Indicativas* brasileiras e as datas em que elas foram preparadas e encaminhadas à UNESCO pelos órgãos públicos nacionais competentes até final da década de 1990. Quando um bem é declarado *Patrimônio Mundial*, ele deixa de fazer parte da *Lista Indicativa* e, além do mais, essa *Lista* pode ser revista em qualquer momento. Não identificou-se, portanto, registros dessas listas. Assim, não foi possível verificar todos os bens brasileiros que, eventualmente, já fizeram parte da *Lista Indicativa*, mas que não foram declarados *Patrimônio Cultural Mundial*. Seria interessante verificar quais bens não tiveram aclamação no ICOMOS e na UNESCO e em qual período. De modo semelhante, também não foi possível identificar quando alguns bens já reconhecidos na UNESCO fizeram parte da *Lista Indicativa*. Por exemplo, Ouro Preto foi a primeira cidade brasileira de valor histórico e cultural a ser declarada *Patrimônio Cultural Mundial*, em 1980. Portanto, ela deve ter sido sugerida em alguma *Lista Indicativa*, ainda no final da década de 1970⁴⁰⁸.

Por outro lado, em um artigo⁴⁰⁹ - não em um documento oficial - identificou-se que uma *Lista Indicativa* de bens brasileiros foi preparada e encaminhada à UNESCO em 1983. Estavam nesta *Lista* os seguintes bens culturais:

- Centro Histórico de Salvador (BA);
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG);
- Convento de Santo Antônio, João Pessoa (PB);
- Mosteiro de São Bento (RJ)
- Palácio Capanema (sede do MES e posteriormente do MEC - RJ)

Esta lista é analisada e aprovada por Michel Parent, na época presidente do ICOMOS, mas dos cinco bens propostos, apenas os dois primeiros estão hoje declarados *Patrimônio Mundial*. Parent, ainda em 1983, aproveita para sugerir a inclusão de outros sítios, a saber⁴¹⁰:

- Conjunto Arquitetônica da Pampulha (MG);
- Plano Piloto de Brasília (DF);
- Centro Histórico de São Luís (MA);
- Cidade de Tiradentes (MG);
- um engenho de açúcar,
- uma fazenda de café;
- uma edificação ou sítio relacionado ao ciclo da Borracha.

No caso das indicações propostas por Parent, chama atenção a sugestão para inclusão do Palácio Capanema, bem como de outras obras relacionadas a períodos econômicos distintos (açúcar, café e borracha) sem focar numa única referência temporal, o *colonial*, ou em algum sítio geográfico específico. A arquitetura moderna brasileira é respeitada e valorizada pelo órgão de preservação nacional

⁴⁰⁸ Qualquer objeto que se pretenda incluir na *Lista do Patrimônio Mundial* precisa, obrigatoriamente, ser incluído primeiro numa *Lista Indicativa*. Essa *Lista* pode ser atualizada a qualquer momento pelo Estado-parte. Um bem incluído na *Lista Indicativa* pode ou não ser declarado *Patrimônio Mundial*. Atualmente, o Brasil possui 25 sítios nessa *Lista* – sendo a maioria natural - que foi revisada em 30/01/2015 pela última vez. Para consultar a *Lista* acessar: <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=br>.

⁴⁰⁹ TELLES, Augusto da Silva. “O Brasil e o Patrimônio Mundial”. In **UNESCO BRASIL. Patrimônio Mundial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2000, p. 25. Como esta pesquisa não trata do *Patrimônio Mundial Natural* os dados relativos a esses sítios não estão aqui incluídos.

⁴¹⁰ *Idem*, p. 25.

desde os primeiros anos de seu exercício, dada a própria atuação da maioria de seus técnicos - arquitetos de cunho modernista e voltados à construção da representação nacional. Nesse sentido, como bem nos evidencia Flávia Brito do Nascimento⁴¹¹ em sua tese de doutorado, a sugestão de incluir o Palácio Capanema e o Plano Piloto de Brasília à Lista da UNESCO não causam muito incômodo, já que a arquitetura moderna é construída como uma versão da arquitetura nacional ou como uma evolução “correta” e “natural” desta. Contudo, a entrada do moderno como categoria patrimonial, está pautada nos mesmos discursos que levam em conta a excepcionalidade e a monumentalidade, a fim de se eleger aqueles bens mais consagrados, deixando de fora, por exemplo, conjuntos residenciais e outras obras modernas que não são de interesse para a construção do repertório nacional.

A patrimonialização de Brasília, que aconteceu nos anos 80, primeiro em nível internacional e depois com o tombamento federal, foi celebrada nos meios especializados e aceita como louvor à história nacional e à arquitetura moderna brasileira. Naquela altura, reconhecer edificações do movimento moderno como patrimônio não era novidade no Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Desde os anos 40, concomitante à afirmação da arquitetura e do urbanismo modernos entre nós, o ato jurídico do tombamento foi utilizado como consagração às obras tidas como especiais pela narrativa historiográfica. E foi pontualmente exaltado por critérios de excepcionalidade e construção nacional nos anos subsequentes pelo IPHAN e por iniciativas de órgãos estaduais⁴¹²

Desse modo, não é de se estranhar a indicação de bens da arquitetura moderna considerados excepcionais às *Listas Indicativas* da UNESCO, situação que é acompanhada pela criação do DOCOMOMO no final da década de 1980. Também a própria UNESCO nesta época procura ampliar as políticas de preservação e seleção de exemplares da arquitetura moderna. Entretanto, das duas sugestões relacionadas à arquitetura moderna brasileira, feitas por Parent, apenas a inclusão de Brasília foi efetivada, em 1987, e antes mesmo dela ter sido reconhecida como bem cultural pelo IPHAN.

Já as demais sugestões de Parent que, inclusive, chamam atenção por não corresponderem apenas a modelos coloniais, mas a objetos e exemplares que representam a memória de diversos períodos econômicos brasileiros, não são recebidas com o mesmo cuidado. Até hoje não há na Lista do Patrimônio Cultural da UNESCO sítios históricos ou conjuntos de obras brasileiras relacionadas aos períodos socioeconômicos apontados pelo especialista francês. Parent, mostra-se atento à diversidade cultural brasileira mas ainda não foram concretizadas indicações de sítios naturais ou de bens materiais que possam representar a memória de outras comunidades e grupos sociais que compõem a sociedade brasileira como os índios, negros, imigrantes e trabalhadores, afora as elites já exaustivamente contempladas.

Cabe averiguar, em breve, se haverá um processo de mudança. Na última revisão da *Lista Indicativa* para a UNESCO, realizada no final de janeiro de 2015, dos 25 bens indicados ao título da UNESCO, 3 chamam mais atenção. São eles:

⁴¹¹ **NASCIMENTO**, Flávia Brito do. *Blocos de Memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural*. São Paulo, Tese de doutorado, FAU-USP, 2011.

⁴¹² *Idem*, p. 19.

- Teatro Amazonas, em Manaus, por representar a riqueza da cidade durante o ciclo da Borracha. Foi inaugurado em 1896, e destaca-se também pelo estilo eclético de sua estrutura e os detalhes de sua cúpula;



Imagem 63: Teatro Amazonas.

Fonte da imagem:
www.redebandeirantes.com.br

63

- Paranapiacaba como Paisagem Cultural; como uma vila de arquitetura inglesa representa a expansão ferroviária no Brasil e os primeiros avanços da industrialização na segunda metade do século XIX.



Imagem 64: Paranapiacaba (recorte).

Fonte da imagem:
www.catracalivre.com.br

64

- Sítio Arqueológico do cais do Valongo, no Rio de Janeiro, que remete aos escravos negros africanos. Após o início das obras do Porto Maravilha nos últimos anos, estudos e escavações arqueológicas trouxeram à tona este sítio, colocando em pauta a importância histórica e cultural da Região Portuária do Rio de Janeiro como suporte de memória da formação da sociedade brasileira.

Imagem 65: Sítio arqueológico do Valongo

Fonte da imagem:
<http://www.portomaravilha.com.br>



65

Imagem 66: Sítio arqueológico do Valongo em 1904. A região do Cais do Valongo, a partir de 1774, tornou-se o ponto de desembarque de escravos negros na cidade, substituindo a Praça XV.

Fonte da imagem:
<https://www.pinterest.com>,
acesso em setembro de 2015.



66

A despeito de outras datas, em 1999 identifica-se que o governo nacional atualiza a *Lista Indicativa* dos bens brasileiros, acrescentando outros dois sítios culturais:

- Centro Histórico da cidade de Goiás (GO);
- Conventos Franciscanos (NE);

Assim, das três listagens apreciadas acima (pois não foram identificadas outras listas indicativas mais antigas), foram reconhecidos os seguintes bens brasileiros como *Patrimônio Cultural Mundial* (nota-se que, desses bens, dois foram propostos por M. Parent, em 1983):

- Centro Histórico de Salvador (BA), reconhecido em 1985;
- Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, Congonhas (MG), em 1985;
- Plano Piloto de Brasília (DF) em 1987;
- Centro Histórico de São Luís (MA) em 1997;
- Centro Histórico da cidade de Goiás (GO), em 2001.

É importante frisar que há, portanto, uma lacuna nessa investigação sobre as *Listas Indicativas* porque, como dito, não foi possível identificar outras *Listas* (período entre 1983 e 1999). Também não foi possível verificar, seja junto ao IPHAN ou nos canais disponíveis pela UNESCO, em que momento a cidade de Ouro Preto e os Centros Históricos de Olinda e Diamantina foram sugeridos como *Patrimônio da Humanidade*. A cidade de Ouro Preto, como se sabe, foi reconhecida em 1980, o Centro Histórico de Olinda em 1982 e Diamantina em 1999. Dada a construção historiográfica da arquitetura brasileira e a do próprio SPHAN/IPHAN, não é difícil inferir que tão logo surgiram as *Listas Indicativas*, Ouro Preto foi mencionada. Mas fica em aberto, dados os limites colocados à esta pesquisa, os motivos que levaram Olinda a ser indicada na UNESCO antes de Diamantina. Esta última, aliás, só veio a ser reconhecida como Patrimônio Mundial em 1999, 17 anos depois de Olinda. Do mesmo modo, não foi possível identificar quando as Missões Jesuíticas foram sugeridas à *Lista Indicativa*. As Missões Jesuíticas - caso de bem cultural transfronteiriço - estão registradas como *Patrimônio Cultural Mundial* desde 1983. Também o Parque Nacional da Serra da Capivara, por exemplo, está na *Lista* desde 1991. Porém, este último caso, assim como as Missões Jesuíticas e o Santuário de Congonhas, não são foco desta pesquisa, por não se referirem à categoria “cidades ou centros históricos”.

Mais recentemente, é bom lembrar, foram reconhecidas a Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão (SE) e o Rio de Janeiro (RJ), como Paisagem Cultural. Dessa forma, representando cidades ou centros históricos brasileiros, temos os seguintes bens na *Lista do Patrimônio Cultural* da UNESCO:

- Cidade de Ouro Preto (MG), desde 1980;
- Centro Histórico de Olinda (PB), desde 1982;
- Centro Histórico de Salvador (BA) desde 1985;
- Plano Piloto de Brasília (DF) desde 1987;
- Centro Histórico de São Luís (MA) desde 1997;
- Centro Histórico de Diamantina (MG) desde 1999;
- Centro Histórico da cidade de Goiás (GO), desde 2001;
- Praça de São Francisco na cidade de São Cristóvão (SE), desde 2010;
- Cidade do Rio de Janeiro (RJ), desde 2012, como *Paisagem Cultural*.

A lista dos sítios culturais brasileiros na UNESCO possibilita algumas reflexões. Inicialmente, salta aos olhos o fato de que, com exceção de Brasília (e mais recentemente Rio de Janeiro), as cidades e os centros históricos brasileiros declarados *patrimônio mundial* remetem ao período da colonização portuguesa no Brasil e, mais ainda, de um total de nove cidades, três representam as expedições bandeirantes paulistas e o período da mineração: Ouro Preto, Diamantina e Goiás.

As escolhas que são feitas e dispostas para o deleite da comunidade internacional, sacramentam os bens mais tradicionais e já valorizados em nível nacional, corroborando com uma história da arquitetura instituída pelo IPHAN desde a década de 1930. O patrimônio assim consolidado se confirma como lugar de afirmação de uma história oficial.

Numa edição da Revista UNESCO/Brasil do ano de 2000 - a mesma publicação mencionada no início do capítulo 2.2, dedicada ao patrimônio da humanidade no

Brasil -, um pequeno artigo do historiador francês Jean-Pierre Halévy (1927-2005) intitulado “a voz do Brasil”, coloca a seguinte reflexão:

No Brasil observa-se uma forte afirmação da criação cultural e ausências como a da Amazônia, dos povos indígenas, das comunidades negras, da cidade do Rio de Janeiro, do período do império, da civilização do café, do Patrimônio Imaterial. As listas de outros países poderiam relançar no Brasil a reflexão sobre os critérios para as novas proposições brasileiras: bens mistos, naturais e culturais, ou bens representativos da cultura dos povos indígenas, conforme os exemplos australianos e canadenses (parques naturais com povos nativos que os habitam) ou ainda bens que inspiram no enfoque chinês sobre a paisagem panorâmica, no enfoque filipino das culturas dos terraços, no enfoque cubano da cultura do café, no enfoque africano das paisagens lineares, entre outros ⁴¹³.

Na visão deste autor, o desafio colocado para o Brasil, naquele momento, no domínio do Patrimônio Mundial, era deslocar o olhar estrangeiro e explorar possibilidades diversas, a fim de se ter um patrimônio único representado na Lista da UNESCO. Tratava-se, segundo ele, de pensar a universalidade a partir da chave da singularidade. Partindo da ideia de que a *Lista do Patrimônio Mundial* deveria privilegiar a representatividade de todas as culturas na sua originalidade específica, este autor entende que a universalidade não é generalização ou uniformização imposta pela globalização. Assim, para Halévy, o valor universal é reconhecer as diferenças e singularidades extremas, pois são as diferenças que proporcionam o caráter de unidade da humanidade⁴¹⁴. Para ele, é necessário evitar a catalogação de “maravilhas do mundo” ou das já consagradas atrações turísticas. Além do mais, o autor aventa uma crítica (ainda que implícita) em relação àquilo que é patrimônio nacional brasileiro reafirmado como patrimônio mundial.

Não obstante, as escolhas brasileiras dos bens reconhecidos como Patrimônio Mundial, reafirmam nosso país como parte de uma dada cultura, no caso de forte influência ocidental e com foco num determinado período. Os bens escolhidos refletem certos momentos do passado da nação e são referências para a construção de significados e de uma narrativa que deve ser fortalecida também fora dos contornos nacionais. É a construção de uma imagem e identidade que tem raízes no continente europeu. De certo modo, há muito de Portugal na Lista do Patrimônio Cultural Mundial brasileiro.

Por outro lado, cabe lembrar que disputas são travadas em busca de um equilíbrio entre os valores que são próprios a cada país, como visto com o caso da entrada do Japão e as discussões sobre a autenticidade. Sabe-se, inclusive, que estados membros, mais hegemônicos, possuem mais poder dentro da UNESCO, tanto que crises são geradas quando alguns desses países deixam de seguir o órgão internacional por um período temporário, como ocorreu com a saída provisória dos EUA e do Reino Unido entre 1984 e 2003, por exemplo⁴¹⁵.

⁴¹³ HALÉVY, Jean Pierre. “A voz do Brasil”. In: UNESCO BRASIL. *Patrimônio Mundial no Brasil*. Brasília: UNESCO, Caixa Econômica Federal, 2000, p. 18

⁴¹⁴ *Idem*, p. 18.

⁴¹⁵ SEABRA, José Augusto. “Portugal e a UNESCO”, in: Nova Renascença, vol. XVIII, Revista trimestral de Cultura, Porto, 1993, pp. 294.

Mais recentemente, em 2013, nova crise foi gerada envolvendo os EUA. Este país perdeu direito de voto na UNESCO por inadimplência. A dívida chegou a US\$310 milhões e o motivo não foi a falta de dinheiro. Em 2011, a UNESCO reconheceu a Palestina como Estado-membro e classificou a Basílica da Natividade de Belém, na Cisjordânia, como Patrimônio Cultural Mundial, o que deixou os americanos (e israelenses) irritados⁴¹⁶. Verifica-se assim que em alguns casos, a cultura expressa no patrimônio, pode ser usada para cumprir objetivos políticos. O patrimônio mundial dos povos, cultural, natural ou misto, aclaramos na UNESCO, é um dos meios pelos quais os Estados membros encontram voz e lugar na comunidade internacional. Em outras palavras, é um dos modos de fazer parte da UNESCO e ser reconhecido (e aceito) num contexto internacional.

Esse cenário perpassa também os objetivos de países mais hegemônicos. Verificamos, por exemplo, que a partir da década de 1980, Portugal começou a travar uma luta para que a língua portuguesa se tornasse um idioma oficial na UNESCO. Para tanto, foi lançado um projeto intitulado “portugueses no mundo”, não apenas identificando e atuando em países cujo idioma fosse o português, mas sobretudo identificando o patrimônio de origem portuguesa construído nos quatro cantos do mundo, o que contribuiu para evidenciar a influência de Portugal na construção de outras nações e culturas.

Entre 1983 e 1989, cinco bens culturais portugueses são inscritos na UNESCO:

- Centro de Angra do Heroísmo, nos Açores (1983);
- Convento de Cristo, em Tomar (1983);
- Monastério da Batalha, em Leiria (1983);
- Centro Histórico de Évora, em Évora (1986);
- Monastério de Alcobaça, em Leiria (1989)

Nesse mesmo período, o Brasil também já tinha adquirido certo prestígio junto à UNESCO e vários intercâmbios já haviam se estabelecido, como as mencionadas “missões da UNESCO” desde a década de 1960.

Talvez não seja uma relação necessária ou de grande importância, mas notamos que até o ano de 2000 nenhum bem cultural brasileiro havia sido declarado Patrimônio da Humanidade na mesma sessão do *Comitê do Patrimônio Mundial* em que foram inscritos os bens culturais portugueses. Mas em 2001 quando da inclusão da cidade de Goiás, foram inscritos dois bens portugueses como patrimônio cultural: a região vinícola do Alto Douro e o Centro Histórico da cidade de Guimarães.

Sinalizamos que, já na década de 1980, Portugal dá início a uma campanha de valorização da cultura portuguesa no mundo, começando pela linguagem falada e escrita. A partir de 2000 se firma na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade dos Açores um Centro de Pesquisa denominado CHAM (Centro de História de Além-Mar), com a finalidade de desenvolver investigação científica relacionada à História dos Descobrimentos e da presença portuguesa no mundo, com especial atenção para a expansão portuguesa no Brasil⁴¹⁷.

⁴¹⁶ Fontes: <http://internacional.estadao.com.br>, edição de 08 de novembro de 2013 e <http://g1.globo.com>, edição de 09 de novembro de 2013, acesso em agosto de 2015.

⁴¹⁷ www.patrimoniocultural.pt, acesso em junho de 2015.

Nesse meio tempo, em 2001, o Centro Histórico da cidade de Goiás no Brasil e o centro histórico da cidade de Guimarães, em Portugal, são incluídos à *Lista do Patrimônio Cultural Mundial*. Vale mencionar que do ponto de vista da linguagem arquitetônica e da conformação urbana, estas duas cidades praticamente não apresentam semelhanças. O que talvez poderia aproximá-las, na perspectiva deste trabalho, é o fato de que ambas são associadas como parte da identidade nacional de seus países.

Contudo, chama atenção o *Dossiê de Proposição do Centro Histórico da cidade de Guimarães ao título de Patrimônio Mundial*, por expor justificativas e parâmetros distintos daqueles que estão apresentados no *Dossiê* preparado para a cidade de Goiás. O *Dossiê* de Guimarães, na contramão do material pesquisado e estudado sobre Goiás, expõe de forma clara as transformações físicas e morfológicas pelas quais a cidade passou, procurando valorizar as técnicas construtivas tradicionais.

The historic town of Guimarães is associated with the emergence of the Portuguese National identity in the 12th century. An exceptionally well-preserved and authentic example of the evolution of a medieval settlement into a modern town, its rich building typology exemplifies the specific development of Portuguese architecture from the 15th to 19th century through the consistent use of traditional building material and techniques⁴¹⁸.

Guimarães é, portanto, uma cidade considerada importante como berço da nacionalidade portuguesa e são as técnicas construtivas tradicionais, algumas associadas ao período medieval - quando a cidade torna-se importante no contexto da formação do território português - que costuram o caráter de permanência desta cidade. Não obstante, as noções de autenticidade e integridade estão pautadas nessas técnicas.

L'authenticité et l'intégrité de ces systèmes de construction sont d'une valeur singulière et exceptionnelle. Les techniques dominants sont appelées "taipa de rodízio" (colombage) et "taipa de fasquio". Le terme "taipa" désigne, au nord du pays, une technique de construction dont le bois est un élément⁴¹⁹.

As técnicas construtivas são explicadas de forma criteriosa e extensa no *Dossiê de Guimarães*, pois considera-se que sua manutenção, ao longo do tempo, permite reconhecer o caráter original do centro histórico da cidade, favorecendo uma leitura integrada dos bens na paisagem, ainda que a partir de diferentes tipologias arquitetônicas que foram surgindo ao longo do tempo.

⁴¹⁸ Documento do ICOMOS – Declaração de Valor. Documento disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, sede em Lisboa. Tradução nossa: O centro histórico de Guimarães está associado à construção da identidade nacional portuguesa e remete ao século XII. É um exemplo autêntico e muito bem preservado da evolução de uma cidade medieval para uma cidade moderna, sua rica arquitetura evidencia o desenvolvimento português entre os séculos XV e XIX, pelo uso consistente de materiais e técnicas tradicionais.

⁴¹⁹ *Dossiê de Proposição da cidade de Guimarães ao título de Patrimônio Mundial*. Documento disponível na Biblioteca Nacional de Portugal, sede em Lisboa. Tradução nossa: A autenticidade e integridade dos sistemas construtivos são de um valor singular e excepcional. As principais técnicas construtivas são denominadas "taipa de rodízio" (colombage) e "taipa de fasquio". O termo "taipa" determina, ao norte do país, uma técnica de construção que é baseada no uso da madeira.

L'authenticité et intégrité du langage constructif des techniques traditionnelles sont une permanence vive dans la ville. Ce genre de constructions est très présent dans la maille urbaine et représenté un héritage culturel inhérent au patrimoine à sauvegarder [...]. Le centre historique de Guimarães est un ensemble, le témoin d'un développement urbain, qui groupe des exemples éminents d'un genre spécial de construction (techniques de construction traditionnelles) ses caractéristiques architectoniques (typologies différenciées, exemplifiant l'évolution de la ville à différentes époques) ainsi que son intégration dans le paysage représentent une valeur universelle exceptionnelle⁴²⁰.

Nesse sentido, o *Dossiê de Guimarães* explicita que os sistemas construtivos tradicionais representam a evolução da vila em diferentes períodos.

Le Centre Historique de Guimarães est un vestige unique d'un type particulier de conception de ville, qui a eu son évolution propre en résultat de la morphologie de son tissu urbain médiéval : une succession de places de grande valeur formelle et qualité ambiante et un type particulier de construction avec des typologies très variées mais présentant une grande unité formelle dans son ensemble⁴²¹.

O ICOMOS, em seu Parecer, reafirma o *Dossiê* preparado para a cidade e menciona que o *Valor Universal Excepcional* de Guimarães pode ser verificado na harmoniosa sucessão das técnicas construtivas ao longo do tempo. A área reconhecida pela UNESCO é caracterizada por um grande número de edifícios de diferentes períodos, mas que, por conta das técnicas construtivas - que foram transmitidas pela memória oral e uso contínuo -, ainda mantém uma ambiência medieval harmoniosa.

The historic Centre of Guimarães is an ensemble and testimony or urban development that brings together renowned examples of a special type of construction. Because of its unity, its construction system (in traditional techniques), its architectural characteristics (diversity of typologies, illustrating the evolution of the city at different periods), and its integration with the landscape setting, the town represents OUV⁴²².

Assim, Guimarães é reconhecida na UNESCO pelos critérios II (destacando-se as técnicas construtivas que, inclusive, foram transmitidas para as colônias

⁴²⁰ *Idem*. Tradução nossa: A autenticidade e integridade da linguagem construtiva permanecem vivas nesta cidade. Estes tipos construtivos estão presentes na malha urbana e representam um patrimônio que precisa ser conservado [...]. O centro histórico de Guimarães é um conjunto que testemunha o desenvolvimento urbano onde se reúne exemplos diferentes de construção (técnicas de construção tradicionais), características arquitetônicas (tipologias diferentes que explicam a evolução da cidade em diferentes períodos) e também sua integração na paisagem que representa um valor universal e excepcional.

⁴²¹ *Ibidem*. Tradução nossa: O centro histórico de Guimarães é um vestígio único de um tipo particular de construção de cidades e sua evolução é resultado de uma morfologia que remete ao período medieval : uma sucessão de assentamentos de grande valor formal e qualidade ambiental, um tipo especial de construção associado à tipologias construtivas variadas mas cujo conjunto evidencia grande unidade formal.

⁴²² Parecer do ICOMOS, disponível em <http://whc.unesco.org>; acesso em setembro de 2014. Tradução nossa: O centro histórico de Guimarães em seu conjunto testemunha um desenvolvimento urbano que agrega exemplos especiais de tipologias construtivas. Em função de sua unidade, seus sistemas construtivos (técnicas tradicionais), características arquitetônicas (diversidade de tipologias que ilustram o desenvolvimento urbano ao longo dos anos), e sua integração com a paisagem, é possível reconhecer o valor universal excepcional dessa cidade.

portuguesas⁴²³), III (pelo fato da cidade ter sido fundamental na conformação da identidade nacional e também porque ali se consolidou a língua portuguesa) e IV (por ilustrar a evolução das tipologias construtivas a partir do período medieval até os dias de hoje).

Outro caso interessante em Portugal é a tentativa de inscrição da Baixa Pombalina na cidade de Lisboa, sobretudo pela forma de apontar os critérios junto à UNESCO. O *Dossiê de Proposição da Baixa Pombalina* à categoria de Patrimônio da Humanidade - que não chegou a ser encaminhado ao *Comitê do Patrimônio Mundial*⁴²⁴ - foi construído com base em todos os critérios dispostos pela UNESCO (I a VI), tendo como ponto de partida o fato de que a experiência de urbanismo que resultou na construção da Baixa Pombalina - o projeto para a Baixa foi desenvolvido para responder às destruições causadas por um terremoto que acometeu essa região da cidade em 1755 -, expressa certa experiência no modo de se “fazer cidade”, posto que várias cidades já classificadas como Patrimônio Cultural, sobretudo as brasileiras, tiveram origem no urbanismo português. Além do mais, resumidamente, a proposta da Baixa se pauta também na adoção de técnicas construtivas inovadoras, que naquela época, proporcionavam recursos tecnológicos antissísmicos (Gaiola Pombalina).

Os critérios a serem adotados para a *Baixa Pombalina de Lisboa* e a elaboração do *Dossiê de Proposição* foram discutidos em algumas *Jornadas de Trabalho* denominadas “A Baixa Pombalina e sua importância para o patrimônio mundial” e foram coordenadas pelo engenheiro e historiador português João Mascarenhas Mateus. Em síntese, os especialistas reunidos para discutir o tema e elaborar o Dossiê de Lisboa afirmam que

é possível concluir que a Baixa constituiu o patamar de chegada de um processo de aperfeiçoamento testado e amadurecido no Norte da África, na Índia e especialmente no Brasil, através do desenho e da construção de ‘cidades-vila’, iniciadas a partir sobretudo da década de 50 do século XVII⁴²⁵

Resumidamente, o critério I aponta que a Baixa representa uma obra prima do gênio criador humano; o critério II justifica que a Baixa constitui um modelo fundamental no quadro do patrimônio de seu tempo; o critério III pressupõe que a Baixa manifesta intercâmbio de valores culturais da Humanidade; o IV, expõe que a Baixa testemunha uma tradição cultural específica; o V, que demonstra a celebração de ideias, crenças, eventos e tradições específicas, locais ou globais; e o critério VI, pelo fato da Lisboa reconstruída ter sido palco da vida política portuguesa, recriando o destino imperial da nação “inscrito na própria geografia:

⁴²³ “*Criterion II: Guimarães is of considerable universal significance by virtue of the fact that specialized building techniques developed there in the Middle Ages were transmitted to Portuguese colonies in Africa and the New World, becoming their characteristic feature*”. Parecer do ICOMOS, disponível em <http://whc.unesco.org>; acesso em setembro de 2014.

⁴²⁴ Apesar da qualidade do Dossiê, preparado entre 2004 e 2005, o governo português entendeu que ele não deveria ser enviado à UNESCO. Na época justificou-se que ele carecia de um plano de gestão mais apurado.

⁴²⁵ MATEUS, João Mascarenhas Mateus. “Resultados e Conclusões”. In: MATEUS, J. M. (org.). *A Baixa Pombalina e a sua importância para o Patrimônio Mundial*. Comunicações das Jornadas 9-10 Outubro de 2003, Lisboa, 2004, p. 109.

porta de saída da Europa e entrada no Oceano que, para Portugal, foi condição de independência face à Espanha e de existência ultramarina”⁴²⁶.

A despeito de outros pormenores e complexidades, o que se passa é que parte dos argumentos reunidos para justificar a inscrição da Baixa Pombalina perpassa a consolidação de um conhecimento de projeto e desenho urbanos, já explorados, na época, nas colônias portuguesas. Por exemplo, quando se explica o critério III, menciona-se que parte do Projeto da Baixa - mais especificamente a Praça do Comércio -, teria influenciado a Projeto da Praça 15 na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, e projetos para Nova Goa, na África.

Assim, a expressão histórica e retórica da Baixa de Lisboa adquiriu a dimensão política e simbólica de um Império que foi colonial, mas que é hoje uma realidade plural [...]. O processo de demarcação do Brasil decorreu a par e com a mesma gente – em alguns casos com os mesmos personagens – que atuaram na reconstrução de Lisboa após o Terramoto⁴²⁷

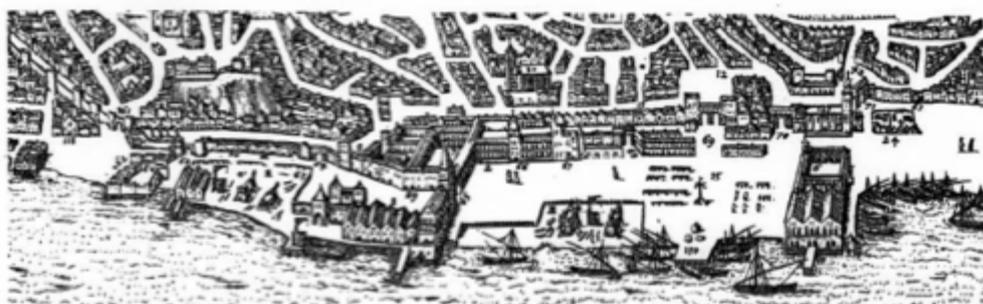


Imagem 67:

Representação do terreiro do Paço (atual Praça do Comércio) no século XV.

Fonte da Imagem: Dossiê de Proposição da Baixa Pombalina à Patrimônio Mundial, pesquisado na UNL, em setembro de 2014.



Imagem 68: Imagem aérea da atual Praça do Comércio.

Fonte da Imagem: <http://www.portalsaofrancisco.com.br>

68

⁴²⁶ *Dossiê de Candidatura da Baixa Pombalina à Patrimônio Mundial*, pp. 163. Documento pesquisado na *Universidade Nova de Lisboa* sob orientação de João Mascarenhas Mateus em setembro de 2014.

⁴²⁷ *Idem*, p. 148.

Imagem 69 Pormenor da Praça do Comércio.
Foto: Carolina Fidalgo de Oliveira, setembro de 2014.



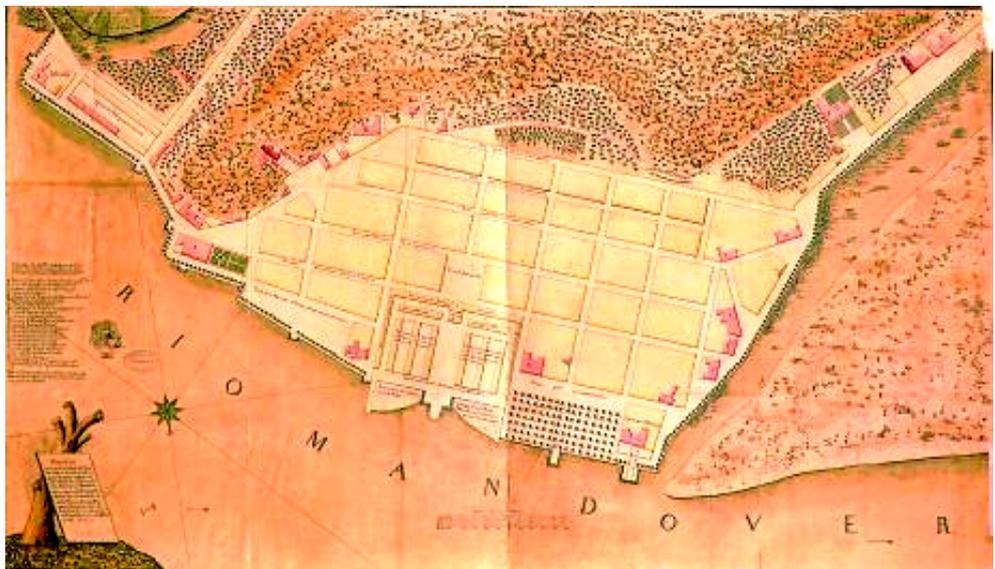
69

Imagem 70: Gravura do Largo do Paço, atual Praça Quinze de Novembro (RJ), em aquarela de Jean Baptiste Debret, de 1818.

Fonte da Imagem: DEBRET, J. B. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Editora Martins, volume I, São Paulo, 1965, p. 141.



Imagem 71: Projeto para Nova Goa de 1776.
Fonte da Imagem: Dossiê de Proposição da Baixa Pombalina à Patrimônio Mundial, pesquisado na UNL, em setembro de 2014.



71

Esse *Dossiê*, ao comparar o Projeto da Baixa Pombalina à outros casos e cidades, menciona ainda as experiências de S. Petersburgo (1703); Washington (1791); Londres (1666) e também Turim e Edimburgo, reiterando que o diferencial da Baixa pode ser verificado na perspectiva das novas cidades, destacando-se o período da colonização e edificação de novas cidades

Portugal desempenhou um papel relevantíssimo na crescente urbanização do mundo, nomeadamente no Brasil, onde foram fundadas largas dezenas de núcleos urbanos, desde o século XVI (com S. Salvador da Bahia) e, sobretudo, na primeira metade do século XVIII, coincidindo com a exploração, no interior, de minas de metais preciosos (como S. Luis, Diamantina, Goiás, Vila Rica de Ouro Preto)⁴²⁸

Além do mais, o Dossiê é minucioso quanto aos aspectos de autenticidade e integridade. Em linhas gerais, a autenticidade é avaliada a partir do estado de conservação dos bens, tomando-se como parâmetro todos os atributos sugeridos pela UNESCO em sua avaliação (forma e design; materiais e substância; uso e função; tradições; técnicas e gestão; localização e vistas; espírito e memória), algo que não se vê na documentação brasileira.

A conservação dos valores culturais excepcionais da Baixa Pombalina, a sua integridade e autenticidade têm prioridade em relação a qualquer tipo de pressão de desenvolvimento e a qualquer tipo de plano de dinamização do mercado imobiliário, residencial ou comercial⁴²⁹

Desse modo, a conservação da autenticidade e da integridade exigem conservação da forma, conservação das fachadas e conservação dos interiores dos edifícios, priorizando a manutenção do uso comercial predominantemente. Assim, “não poderão ser aprovados projetos que impliquem [...] operações de fachadismo”⁴³⁰.



Imagens 72, 73, 74: Projeto de Álvaro Siza para o Chiado, da década de 1990. Um novo incêndio atinge o Chiado em 1988. Este teve impacto muito inferior ao incêndio de 1755 que atingiu toda a região da Baixa, mas ainda assim provocou alguns estragos. A área atingida foi recuperada a partir de uma proposta de intervenção do arquiteto português Álvaro Siza Vieira que respeitou a história das edificações, criando um projeto contemporâneo mas integrado à ambiência do lugar.

Fonte das imagens: www.skyscrapercity.com

⁴²⁸ *Ibidem*, p. 170.

⁴²⁹ *Ibidem*, p. 282.

⁴³⁰ *Ibidem*, p. 283.



73



74

Nesse sentido, são determinados alguns indicadores para auxiliar na verificação do estado de conservação do sítio e sua autenticidade. São eles:

- Indicadores Ambientais: Cartas altimétricas, níveis freáticos, drenagem de águas residências e pluviais, qualidade do ar, ruído.
- Indicadores de Autenticidade e Integridade: Conservação das fachadas (manutenção da localização das janelas das sacadas), manutenção das cimalhas e número de pisos, conservação das sacadas, conservação dos interiores dos edifícios, dos sistemas estruturas (gaiola pombalina), conservação das caixas de escada e da azulejaria (interna e externa).

Verificados esses casos, nota-se que não é tarefa simples identificar se há uma tendência (ou política) na UNESCO para o favorecimento de determinado *tipo* de bem em determinado período. Sabe-se, porém, que no final da década de 1990, uma grande discussão tomou consistência em razão da entrada do Japão como Estado-membro na UNESCO. Em função da peculiar maneira de se preservar suportes de memória nesse país, a autenticidade entrou na ordem do dia, posto que ainda se pensava a preservação a partir da visão ocidental, pautada nos aspectos de ordem material, como já tratado.

Além disso, já se discutia a necessidade de “equilibrar” a *Lista do Patrimônio Mundial*, tanto no sentido geográfico, ou seja, a partir de uma representação equitativa de todos os países, sem priorizar os artefatos do velho mundo, quanto no

sentido de abranger de forma mais paritária os bens de natureza cultural, natural e os mistos. Em 1992, quando a *Convenção do Patrimônio Mundial* completou 20 anos, Léon Pressouyre, então consultor da UNESCO, escreveu um texto denominado “La Convention du patrimoine mondial, vingt ans après”⁴³¹ onde apontou alguns pontos polêmicos, de certo modo ainda hoje não totalmente superados. Dentre esses pontos destaca-se seu questionamento acerca da soberania nacional, que é o que motiva a aplicação da *Convenção*, levando, por sua vez, a uma disfunção dos critérios ali aplicados. Este autor também critica o privilégio dado ao monumental, o excesso de representação das culturas hegemônicas na *Lista do Patrimônio Mundial*, a escolha de períodos históricos remotos e a ausência do patrimônio imaterial. Mas como se sabe, as mudanças são lentas, haja vista os debates sobre a autenticidade que se iniciaram na década de 1990, mas cujos resultados só foram incorporados nos documentos da UNESCO a partir de 2005.

Aliás, a década de 1990, pode-se dizer, marca algumas mudanças de paradigmas na UNESCO⁴³². Para além das questões conceituais apontadas acima, o órgão internacional vem aprimorando também seus critérios e suas ações mediante à diversidade cultural, bem como debatendo assuntos importantes e desafios que se apresentam ao processo de seleção e preservação do patrimônio na atualidade. Numa publicação da própria UNESCO, cujo título é “World Heritage – Challenges for the Millennium” é possível anotar que dentre as preocupações atuais do órgão destacam-se as mudanças climáticas, as guerras e os desastres naturais.

Ainda assim, à primeira vista, em cada sessão do *Comitê do Patrimônio Mundial*, parece ser “escolhido um pouco de cada coisa” e essas “coisas”, podemos inferir, correspondem às emergências e necessidades de cada país. Também se nota que as justificativas relacionadas à “comprovação” do valor universal excepcional, bem como a “declaração de autenticidade” são formuladas pelos Estados a partir dos problemas que se apresentam a eles, em cada momento específico. Como visto, esses valores são complexos e de difícil aplicação.

O que se quer dizer é que, em 1980, por exemplo, quando se reconhece Ouro Preto como Patrimônio Cultural da Humanidade, também se reconhece o centro histórico de Roma e o centro histórico da cidade de Varsóvia, na mesma sessão do *Comitê do Patrimônio Mundial*. No caso de Roma, o parecer do ICOMOS menciona: “this cultural property whose exceptional universal value is universal recognized, satisfies at once the criteria 1, 2, 3, and 6”⁴³³, mas como se pode notar, essa justificativa não esclarece de fato a autenticidade do sítio.

No caso de Ouro Preto não há nenhuma explicitação quanto à questão da autenticidade, mas o parecer do ICOMOS menciona que o valor universal dessa cidade se evidencia pelos aspectos históricos, pelo fato dessa cidade ter sido capital do Estado e centro da mineração na época aurífera do Brasil; e pelos aspectos artísticos, em função da arquitetura barroca, evidenciada sobretudo em suas igrejas,

⁴³¹ PRESSOUYRE, L. *The World Heritage Convention, twenty years later... op. cit.*

⁴³² Importante lembrar da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, quando se estabeleceu os princípios necessários para uma convivência harmoniosa do homem com o meio ambiente, na denominada Agenda 21.

⁴³³ Cabe lembrar que esse problema – a dificuldade de avaliar e explicar esses valores – já tinha sido levantado por especialistas e foi debatido durante o Congresso em Nara. Parecer ICOMOS, disponível em http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/091bis.pdf

de caráter único. Para o ICOMOS, a cidade de Ouro Preto reflete uma conjuntura artística singular, representada sobretudo pelo trabalho de Aleijadinho.

Ce sont surtout les églises que traduisent le style officiel: un baroque tardif qui tôt s'est empreint d'un ordre de gout plus classique. Comme en tout ensemble luso-brésilien, les églises possèdent une composition principalement rectilinéaire dont le baroque ressort de l'ornementation, on particulier de la taille sur bois. Mais ici a Minas, le traitement architectonique élégante du rococo; où la taille, plus légère, se conforme au gout. Les peintures du plafond et les riches ornements sont d'autres expressions de cette évolution⁴³⁴.

No próximo capítulo será retomado o caso de Varsóvia e outros casos vistos como controversos na UNESCO. Mas, em linhas gerais, esta cidade polonesa foi julgada na UNESCO e inscrita no mesmo ano que Ouro Preto e Roma. A princípio, sua aceitação soa estranho, por se tratar de um centro histórico que foi bombardeado durante a Segunda Guerra Mundial e reconstruído em sua totalidade. Todavia, ao verificarmos o *Dossiê de Varsóvia* e o parecer do ICOMOS, entende-se que o reconhecimento não reflete o valor do bem enquanto artefato (o que inclui sua reconstrução e os problemas disso decorrentes). O que se preserva é a “atitude”, ou melhor a ação adotada para a preservação de uma memória ou recuperação de uma memória. É a escala do ato que está em avaliação, um projeto que reúne a comunidade imediatamente após as destruições, disposta a recuperar a cidade. O valor é atribuído, segundo parecer do ICOMOS, por ser um exemplo de sítio reconstruído em tal magnitude e pela vontade da população.

Varsóvia é incluída na *Lista do Patrimônio Mundial* em função do critério II, pela iniciativa da preservação na escala adotada, servindo também para avaliar e questionar as práticas e doutrinas de preservação até então empreendidas; e pelo critério VI, pela grande magnitude associada à esta campanha.

As destruições da Segunda Guerra Mundial [...] é que, sem dúvida, tiveram as mais relevantes consequências sobre a consciência patrimonial europeia, assim como suas modalidades de restauração e uso. A conservação dos monumentos visava, daí em diante, algo que superava o horizonte do antiquário ou histórico. [...]; a reforma do centro antigo de Varsóvia é um notável exemplo dessas novas representações, [...] a justificativa do empreendimento tem a ver com a vontade de fornecer ao país a consciência de um passado cultural que havia sido ameaçado da negação e de aniquilamento. Nem o valor de monumentalidade intencional, nem o de monumento histórico, nem o de monumento antigo [...] constituem aqui a referência obrigatória⁴³⁵.

Em tempo, é preciso mencionar que à época deste reconhecimento, e apesar de se tratar de uma exceção, o *Comitê* chegou a declarar que nenhum outro bem

⁴³⁴ Dossiê de Ouro Preto, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro. Tradução nossa: São as igrejas, principalmente, que refletem o estilo oficial: um barroco tardio, marcado por uma ordem de gosto clássico. Como em qualquer conjunto luso-brasileiro, as igrejas têm uma composição principalmente retilínea e o barroco se destaca pela ornamentação. Mas aqui em Minas, o tratamento arquitetônico rococó elegante, onde o tamanho, mais leve, conforma o gosto. As pinturas do teto e os ricos ornamentos são expressões dessa evolução.

⁴³⁵ POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ... op. cit.*, p. 30.

reconstruído deveria ser incluído à *Lista*⁴³⁶. Mas cabe observar que no Dossiê de Ouro Preto não há nenhuma alusão a respeito de “reconstruções” ou “construções em estilo”, ainda que a cidade não tenha sido bombardeada ou arrasada em função de uma Guerra, tampouco destruída por desastres naturais naquele período.

Nota-se assim, que não há um padrão ou tendência para o reconhecimento de bens junto à UNESCO. Não existe um período em que se valoriza o *colonial* e em outro o *industrial*, por exemplo. Alguns *Dossiês* são mais extensos e detalhados, outros nem tanto, mas podem ter sido produzidos na mesma época, pelo mesmo Estado-parte. Até um mesmo critério pode ser usado para compor narrativas diferentes.

No caso do Brasil, as narrativas são muito semelhantes. Retomando a situação brasileira, cabe olhar outros casos com a finalidade de apontar algumas questões que podem ser aprofundadas no futuro e que, por ora, contribuem para refletir os propósitos deste trabalho. Chama a atenção o fato de que alguns argumentos e justificativas não são particulares da cidade de Goiás e atravessam a construção de todas as cidades e centros históricos brasileiros reconhecidos como *Patrimônio Cultural Mundial*. Em outras palavras, nota-se que há alguns pontos comuns que perpassam os discursos elaborados para essas cidades no panorama internacional.

Com base nos mesmos dois conjuntos de documentos utilizados para analisar a cidade de Goiás, (Dossiês de Proposição de Inscrição das cidades brasileiras à Lista do Patrimônio Cultural Mundial e as Declarações de Valor do ICOMOS) esboçamos três principais observações:

A maioria dos *Dossiês* menciona as condições históricas dos sítios culturais, considerando que as transformações dos séculos XVIII, XIX e XX **não alteraram as suas características originais**. Aparece também a indicação de que os exemplares arquitetônicos dos séculos subsequentes ao período da colonização convivem harmoniosamente com as características dos períodos precedentes.

01

Por exemplo, no *Dossiê* elaborado para a centro histórico de Olinda consta, no item sobre a descrição do sítio:

Mansions and trees – these are the landmarks of Olinda from a distance. From the summits of the surroundings hills **this view remains unchanged**. [...] **The development of the town continued slowly**. [...] The central part of the town among the hills has **changed very little**, so that its architectural layout **has been preserved**⁴³⁷.

⁴³⁶ CAMERON, Christina. “The evolution of the concept of ... op., cit. p. 131.

⁴³⁷ Dossiê de Olinda, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro, grifos e tradução nossa: Casarões e árvores - estes são, de longe, os marcos de Olinda. A partir dos cumes das colinas e arredores, **essa visão permanece inalterada**. [...] **O desenvolvimento da cidade se deu lentamente**. [...] Sua parte central, entre as colinas, mudou muito pouco, de modo que suas características arquitetônicas **foram preservadas**.

No Dossiê de Salvador lê-se: “Même ceux du XIXe siècle conservent le volume imposant et les caractéristiques constructives de base qui contribuèrent à la configuration définitive de ces espaces urbains”⁴³⁸.

E em outro trecho do mesmo *Dossiê* (Salvador), no item Estado de Preservação/Conservação, consta:

Malgré la détérioration subie, l'ensemble **garda la plupart de ses caractéristiques initiales**, sans souffrir les influences de la nouvelle architecture ni la tendance à s'adapter à la circulation intense, comme il arriva en d'autres quartiers de la ville.

[...]

Ces modifications ne furent pas un obstacle, car elles sont des marques de valeur documentaire sur l'évolution de l'architecture ces derniers cent ans, face aux valeurs restant en cet endroit **qui conserve intact le tracé primitif du site où commença la ville**⁴³⁹.

Também no Dossiê de Salvador, para justificar a inscrição anota-se:

Le centre Historique de Salvador **conserve la structure urbaine originale du XVIe**, avec les adjonctions accumulées au cours des siècles suivants. Quoi qu'Il en soit et malgré les très petits changements de la ville, la configuration urbaine actuelle est la même que celle que se voit sur la cartographie de la fin du XVIIe et commencement du XVIIIe⁴⁴⁰.

02

Os Dossiês dão destaque para essas cidades como exemplares “excepcionais” da **colonização portuguesa** no Brasil.

No Dossiê de Salvador, verifica-se:

Le Brésil est récompensé d'avoir su garder dans cette ville, que fut sa première capitale, des aspects typiques de ce prodige de **la colonisation lusitanienne que représente une part importante de l'ancien Empire portugais d'outremer**. Les villes, haute et basse, les places, ruelles et côtes et la situation au bord de la mer, à un endroit abrité de la baie de Todos os Santos, **sont des éléments incontestables d'une expression culturelle luso-brésilienne**⁴⁴¹.

⁴³⁸ Dossiê de Salvador, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro. Tradução nossa: Mesmo aqueles do século XIX mantêm certo volume e características estruturais básicas que contribuem para a configuração final e definitiva dos espaços urbanos.

⁴³⁹ *Idem*, grifos e tradução nossa: Apesar das modificações sofridas, **o conjunto manteve suas características iniciais**, sem sofrer influências de uma nova arquitetura, nem pressões para se adaptar à circulação intensa, como aconteceu em outras partes da cidade [...]. Estas mudanças não foram um obstáculo, porque elas são de valor documental e marcam a evolução da arquitetura nos últimos cem anos, **onde a cidade começou os valores permanecem e conservam as características originais do local intactas**.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, grifos e tradução nossa: O centro histórico de Salvador **preserva a estrutura urbana original do século XVI**, além de alguns acréscimos acumulados ao longo dos séculos. Apesar de pequenas alterações na cidade, a configuração urbana atual é a mesma do que aquela que se vê no mapeamento do final do século XVII e início do XVIII.

⁴⁴¹ *Ibidem*, grifos e tradução nossa: o Brasil se orgulha de ter preservado nesta cidade, que foi sua primeira capital, aspectos típicos da colonização lusitana, como uma parte significativa do

No Dossiê de Olinda consta:

The ecological history of Olinda has been a history of one of the most interesting adaptations, in Brazil, **of the colonists and the better European values to tropical nature in an American environment**; together with the absorption, by the genuine nobility of Olinda's hills, of indigenous blood, and even, though rarely, to be sure - of negro blood⁴⁴².

Até mesmo o *Dossiê de Brasília* menciona a ocupação portuguesa do território brasileiro, assim como a arquitetura vernacular:

L'histoire de Brasília est divisée comme suit : période allant de la conception au transfert de la capitale Brésil, de la côte vers l'hinterland tant pour des raisons politiques d'occupation de territoires que pour fuir la domination portugaise et comme stratégie visant à l'Indépendance. [...] Les manifestation représentatives de l'architecture vernaculaire de la Région son des bâtiments urbains ou ruraux datant d'une époque antérieure la construction de Brasília⁴⁴³.

No caso de Brasília, pela narrativa adotada no *Dossiê*, pode-se inferir que a intenção é, antes de tratar do valor universal excepcional, inserir esta cidade dentro de uma perspectiva da história nacional. Assim, relacioná-la à colonização portuguesa é, para além de abordar o processo de independência do país, vincular essa cidade a outros bens já selecionados como representativos da arquitetura nacional⁴⁴⁴.

O *Dossiê* elaborado para a cidade de Diamantina, sugeria que a inscrição na UNESCO fosse feita em função dos critérios II, IV e V⁴⁴⁵. Para o critério II, apontava-se que:

Diamantina demonstra como no século XVIII, os desbravadores do território brasileiro, os aventureiros do Diamante e os representantes da Coroa, souberam adaptar os modelos europeus a uma realidade americana, criando assim uma cultura ao mesmo tempo **fiel às origens e de grande nacionalidade**⁴⁴⁶.

antigo império ultramarino Português. Partes altas e baixas, praças, ruas, a região costeira e a relação com o mar são elementos incontestáveis de uma expressão cultural luso-brasileira.

⁴⁴² Dossiê de Olinda, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro, grifos e tradução nossa: A história ecológica de Olinda é uma das histórias mais interessantes, no Brasil, de uma região que foi adaptada pela colonização, recebendo os valores europeus em nosso ambiente; pela verdadeira nobreza das colinas de Olinda, de sangue indígena, e até mesmo, embora raramente, para ter a certeza - de sangue negro.

⁴⁴³ Dossiê de Brasília, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro. Tradução nossa: A história de Brasília está dividida da seguinte forma: da sua concepção até a transferência da capital do Brasil, da costa para o interior marcada tanto por razões políticas para ocupação de territórios como pelo domínio Português até a independência. [...] A manifestação representativa da arquitetura vernacular de edifícios urbanos e rurais da região datam de uma época anterior à construção de Brasília.

⁴⁴⁴ Esta versão da história da arquitetura brasileira, que aproxima o *colonial* do *moderno* e dá continuidade à narrativa da nacionalidade, já foi, como mencionado, problema explorado em outras pesquisas.

⁴⁴⁵ Dossiê de Diamantina, disponível em <http://whc.unesco.org/en/list/890/documents/>

⁴⁴⁶ *Idem*, grifos nossos.

Cabe anotar que Diamantina foi declarada patrimônio mundial com base nos critérios II e IV (o critério V foi excluído). O parecer do ICOMOS, é, de certa forma, fiel ao *Dossiê*, pois o critério II menciona que

Diamantina shows how explorers of the Brazilian territory, diamond prospectors, and representatives of the Crown were able to adapt European models to an American context in the 18th century, thus creating a culture that was faithful to its roots yet completely original⁴⁴⁷.

03

Os Dossiês elaborados para as cidades que nos anos de 1966 e 1967 receberam a visita de Michel Parent, em Missão da UNESCO, se apropriaram de sua vinda e de sua fala para fortalecer determinadas ideias e discursos.

No Dossiê de Olinda consta que:

In conclusion, the comment by Michel Parent in his 1968 report that **‘the historic site of Olinda remains intact’ remains valid today**. Generally speaking, thanks to its hill-top situation, the surveillance exercised by SPHAN and the regulations laid down in the municipality’s integrated master plan, **Olinda retains its original structure**. The evolution of the site over the centuries show that the original architecture has been tastefully restored, and the main features preserved of the original layout of the town and its integration in the surrounding landscape⁴⁴⁸.

No Dossiê de Salvador, observa-se que:

En se basant sur les recommandations du rapport de Michel Parent, en mission de l’Unesco, une campagne exhaustive de revitalisation fut déclenchée à partir de 1967 afin d’exécuter des travaux de plus grande envergure et en plus grande quantité dans la zone protégée⁴⁴⁹.

Assim, entendemos que cada Estado-membro, ao submeter ao *Comitê do Patrimônio Mundial* suas indicações, elabora os *Dossiês* tomando como base seus próprios interesses e preocupações, como por exemplo, reafirmar a condição de um patrimônio nacional, ampliar o turismo, valorizar determinados aspectos da cultural local ou de um determinado período. Isso pode ser bom ou ruim, adequado ou não,

⁴⁴⁷ Parecer do ICOMOS para Diamantina, disponível em http://whc.unesco.org/archive/advisory_body_evaluation/890.pdf. Tradução nossa: Diamantina mostra como exploradores do território brasileiro, garimpeiros e representantes da Coroa foram adaptando de forma confiável os modelos europeus num contexto americano do século 18, criando assim uma cultura que foi fiel às raízes originais.

⁴⁴⁸ Dossiê de Olinda, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro. Tradução nossa: Concluindo, o comentário de Michel Parent em seu relatório de 1968 menciona que «o sítio histórico de Olinda permanece intacto" o que é válido ainda hoje. De um modo geral, graças à sua disposição no topo da colina, a fiscalização exercida pelo SPHAN e as regras estabelecidas no plano diretor integrado do município, Olinda Mantém sua estrutura original. A evolução do sítio ao longo dos séculos, a arquitetura original mostrar que a restauração foi bem sucedida, e as principais características originais da cidade estão preservadas e integradas à paisagem que a envolve.

⁴⁴⁹ Dossiê de Salvador, pesquisado no arquivo Noronha Santos, sede do IPHAN, Rio de Janeiro. Tradução nossa: Com base nas recomendações do relatório de Michel Parent, em missão da Unesco, uma campanha de revitalização global foi lançada em 1967 para realizar um trabalho mais extensivo e em maior quantidade na área protegida.

mas o que interessa a esta pesquisa é que os documentos apontam ou determinam os valores que são preponderantes aos contextos culturais de cada país, sobretudo com a finalidade de justificar sua inserção na *Lista do Patrimônio Mundial*, em cada momento. Um *Dossiê* elaborado para a UNESCO reafirma condições de luta, conflitos e disputas simbólicas e culturais que são inerentes à cada localidade. Quanto mais nos aproximamos de um caso específico - como o da cidade de Goiás, por exemplo -, mais as condições particulares ganham evidência.

Pode-se inferir que aquilo que une as cidades brasileiras declaradas patrimônio da humanidade está enraizado a uma noção construída na década de 1930 e que perdura até os dias de hoje. De uma maneira geral, as condições da nacionalidade perpassam todos os casos avaliados, ainda que uns de forma mais profunda do que em outros. Sobre isso, reflete Dominique Poulot:

Na sequência de um longo processo de patrimonialização, a nação é que se tornou o objeto por excelência da patrimonialidade, fornecendo, por assim dizer, o quadro de interpretação de qualquer objeto do passado⁴⁵⁰.

Interessante notar como a documentação elaborada para a cidade de Diamantina destaca alguns valores relacionados à nacionalidade. Já no preâmbulo do Dossiê há uma inserção de um trecho de um texto de Lucio Costa, retirado de sua obra “Registros de uma Vivência”, assinalando que em Diamantina o passado é “verdadeiramente” nacional:

Lá chegando cai em cheio no passado no seu sentido mais despojado, mais puro: **um passado de verdade**, que eu ignorava, um passado que era novo em folha para mim. Foi uma revelação: casas, igrejas, pousada dos tropeiros, era tudo a pau-a-pique [...] ao contrário de São Paulo onde a taipa de mão imperava⁴⁵¹.

Curiosamente, e de forma semelhante ao que ocorre com a cidade de Goiás⁴⁵², o *Dossiê de Diamantina* também recorre às noções de estagnação e decadência para justificar sua condição arquitetônica e urbana no contexto da autenticidade. No formulário de inscrição para a UNESCO, no item “justificativa de inscrição/declaração de valor”, narra-se:

Coincidindo com o século XVIII e começo do século seguinte, a produção de diamantes assegurou à cidade um conjunto urbano e arquitetônico dos mais notáveis protegidos das renovações urbanas do século XIX pela decadência das atividades mineradoras⁴⁵³.

E no item “justificativa de inscrição/autenticidade e integridade”, é possível ler:

Diamantina entrou em estagnação a partir do começo do século XIX. Nenhuma das modas arquitetônicas deste século chegou até ela, prevalecendo as antigas formas de construir até

⁴⁵⁰ POULOT, D. *Uma história do patrimônio no ... op. cit.*, p. 28.

⁴⁵¹ Dossiê de proposição de inscrição de Diamantina à Lista do Patrimônio Mundial. Consultado no acervo Noronha Santos, e na página da internet: <http://whc.unesco.org/en/list/890>.

⁴⁵² O Dossiê de Diamantina foi elaborado praticamente no mesmo período do Dossiê de Goiás, já que Diamantina foi reconhecida na UNESCO em 1999 e Goiás em 2001.

⁴⁵³ Dossiê de proposição de inscrição de Diamantina à Lista do Patrimônio Mundial. Consultado no acervo Noronha Santos, e na página da internet: <http://whc.unesco.org/en/list/890>

os anos 50. Reparos e obras de conservação das construções utilizando as mesmas técnicas e os mesmos materiais tradicionais fizeram com que a cidade conservasse admirável unidade e continuidade estilística. **Algumas casas, na maior parte reunidas em vilas, apresentam uma feliz adaptação de elementos do ecletismo, que não tem nada a ver com o ecletismo “Belas Artes”**⁴⁵⁴.

Sabe-se, porém, que os elementos de linguagem eclética chegam à Diamantina, mas eles são, segundo os agentes do IPHAN, de um “ecletismo mais puro”, associados às “condições nacionais”. Sabe-se, ainda, que essa narrativa engloba, na verdade, o discurso do nacional associado aos artefatos coloniais. Além do mais, não é possível negar a arquitetura do ecletismo e menos ainda a arquitetura moderna nesta cidade, já que ela conta com quatro edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer⁴⁵⁵. Mas, assim como o moderno brasileiro é “entendido” como “descendente” de nossa verdadeira arquitetura colonial, em Diamantina a arquitetura dos séculos XIX e XX não rompem com a homogeneidade da paisagem cultural dos séculos anteriores. Segundo a documentação:

Esta área está inserida numa paisagem singular e exuberante, que interage de maneira significativa com o centro histórico, emoldurando-o e valorizando-o. Constitui-se de edificações de uso residencial, institucional e de serviços, caracterizando-se pela presença de urbanismo e arquitetura dos séculos XVIII e XIX e ainda de prédios modernos projetados pelo arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer. [...] Diamantina apresenta a particularidade de sobrepor a arquitetura de Oscar Niemeyer, da década de 50 deste século, às intervenções arquitetônicas ocorridas nos séculos XIX, sem ruptura e desarticulação, mantendo a unidade do conjunto natural.

O anexo III do Dossiê de Diamantina reforça o argumento acima:

Diamantina é especialmente significativa para a cultura brasileira como testemunho da construção do território nacional. O “Território dos Diamantes” contribui com um acervo importante para a compreensão do barroco latino americano [...]. A concepção do singular colorido e do tratamento na composição de sobrados e igrejas mantém-se mesmo em construções dos últimos anos dos séculos XIX e início do XX. As intervenções modernas são parte da história da arquitetura brasileira e qualificam os espaços em que estão inseridas.

Márcia Regina Romeiro Chuva chama a atenção em sua tese de doutorado⁴⁵⁶ para a “naturalização”, tanto da arquitetura colonial como da arquitetura moderna brasileira, no repertório de bens culturais que se legitimam no panorama mundial. Ou seja, o reconhecimento da arquitetura colonial e da arquitetura moderna brasileira considerada excepcional nascem do mesmo discurso que consagra a arquitetura nacional. Para esta autora, isso se evidencia quando Diamantina é reconhecida como patrimônio mundial, incluindo no perímetro de proteção tanto a malha urbana mais “autêntica”, quanto as construções modernas.

⁴⁵⁴ *Idem*. Grifos nossos.

⁴⁵⁵ Podemos inferir, dado o que se passa com a cidade de Goiás e outros casos, que se não fossem obras do “mestre” Niemeyer, já teriam sido substituídos por “autênticos” coloniais.

⁴⁵⁶ CHUVA, M. R. R. *Os arquitetos da memória... op. cit.*

Mas os discursos também são controversos. Finalizando com o caso da cidade de Goiás, é possível inferir que o patrimônio mundial dessa cidade não poderia ser justificado da mesma maneira que em Diamantina. No final da década de 1990, constatou-se que havia uma obra de arquitetura moderna na cidade às margens do Rio Vermelho, nas proximidades do casario que emoldura a casa de Cora Coralina. Essa obra - única representante da arquitetura moderna na cidade, pelo que pudemos verificar -, foi reconstruída em linguagem colonial, resultando num grande casarão, no final da década de 1990. Isso não foi mencionado no *Dossiê de Goiás*, encaminhado à UNESCO.

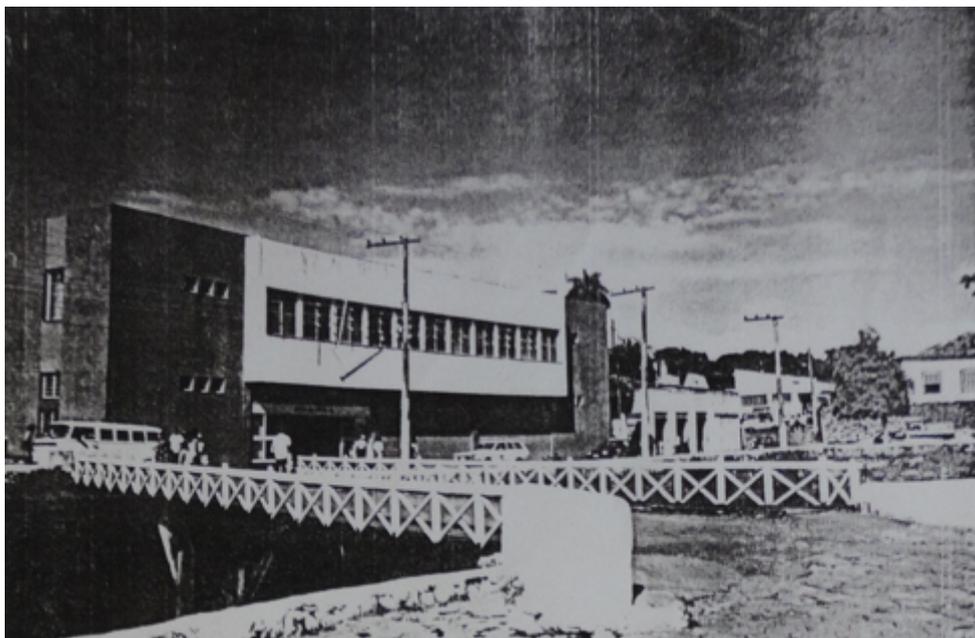


Imagem 75: Edificação moderna (onde hoje é o sobrado colonial - sede do Banco do Brasil). Autor do projeto desconhecido.
Fonte da imagem: IPHAN/Goiás, parecer sobre obra de “restauro”. Pesquisa realizada na Biblioteca Frei Simão em julho de 2013.

75



Imagem 76: Casarão - sede do Banco do Brasil em 1994.
Fonte da imagem: Goyaz e Serradourada por J. Craveiro e Poetas: 1911 a 1915. Pesquisa realizada na Biblioteca Frei Simão em julho de 2013.

76

Imagem 77: Casarão - sede do Banco do Brasil no final da década de 1990.

Fonte da imagem: IPHAN/Goiás, parecer sobre obra de “restauro”. Pesquisa realizada na Biblioteca Frei Simão em julho de 2013.



77

Mas em outros documentos, a mudança do casarão moderno para casarão “colonial” recebe o seguinte parecer técnico e justificativa:

Parecer técnico:

Trata o presente processo de solicitação formulada à este escritório pelo Banco do Brasil, proprietário do imóvel situado à Av. Sebastião Fleury Curado, sede de sua agência, na qual solicita seja autorizada modificação das fachadas do referido imóvel, localizado na área tombada pelo SPHAN na década de 1970. Tendo em vista o disposto no artigo 17 do decreto-lei número 25 de 30 de novembro de 1937 e considerando que: a) a proposta resgata nas esquadrias e acabamentos externos materiais comuns ao conjunto arquitetônico; b) refaz formas construtivas no caimento dos telhados e acabamento dedos beirais, próprias de seu entorno, c) reorganiza o ritmo e a proporção das aberturas compatibilizando-as com a linguagem colonial, o presente projeto constante dos autos deste processo será aprovado⁴⁵⁷

Justificativa do pedido:

A agência do banco do Brasil em Goiás, GO, situada em proeminente avenida deste importante núcleo histórico brasileiro, tombada pelo SPHAN em 3 de maio de 1951, terá, com o projeto proposto, sua adequação às linhas arquitetônicas compatíveis com a área tombada [...]. o presente projeto resgata valores da arquitetura colonial [...]. O volume saliente da fachada principal foi aproveitado em parte, transformando-se em balcão, com o recuo da linha de esquadrias. Para tanto, a platibanda teve sua altura reduzida em 1,20m, para permitir a justaposição do novo madeiramento para telhado de barro. Foi necessária a demolição da viga 6 da cobertura e a construção de uma nova viga, no alinhamento do plano principal da fachada. Desta forma, acreditamos ter atingido os objetivos propostos⁴⁵⁸

⁴⁵⁷ Parecer Técnico de 1990, assinado pela arquiteta do Iphan de Goiás, Maria Cristina Portugal. Documento disponível para consulta no Escritório técnico do IPHAN, na cidade de Goiás.

⁴⁵⁸ *Idem.*

Esse exemplar da arquitetura moderna, que um dia preencheu a paisagem da cidade de Goiás às bordas do Rio Vermelho, não era uma obra significativa do movimento moderno e tampouco foi projetada por Oscar Niemeyer, tal como ocorreu em Diamantina. Esse fato corrobora a tese de Flávia Brito do Nascimento de que a arquitetura e o urbanismo modernos se firmaram no Brasil como parte da narrativa nacional desde 1940, por meio de obras tidas como especiais, excluindo-se aquelas que não eram consideradas excepcionais⁴⁵⁹. Se a obra moderna da cidade de Goiás tivesse sido reconhecida como uma obra exemplar, ela teria sido mantida e incluída como “expressão autêntica” da cidade? Difícil saber. O que é certo em Goiás é que aquilo que se “naturaliza” nas práticas de preservação da cidade é a “manutenção” do estado colonial. Aliás, como visto, essa é a cultura brasileira - representada pelas cidades e o patrimônio construído - que se consagra na UNESCO.

⁴⁵⁹ NASCIMENTO, F. B. do. *Blocos de Memórias... op. cit.*, p. 19.